

DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA - PORTO VELHO

Edital 74/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
74/2025	257049-DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA - PORTO VELHO	HELENA DA SILVA ROCHA SETE	01/06/2026 13:07 (v 0.8)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		25061.002090/2025-46

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

90010/2026

CONTRATANTE (UASG)

257049

OBJETO

Contratação de serviços contínuos de condutor/piloto fluvial, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 2.476.471,08 (dois milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, quatrocentos e setenta e um reais e oito centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 18/06/2026 às 09h (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

menor preço por grupo

Modo de disputa:

aberto e fechado

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA DE PORTO VELHO/RO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026

(Processo Administrativo nº 25061.002090/2025-46)

Torna-se público que o Distrito Sanitário Especial Indígena de Porto Velho/RO, por meio do Serviço de Contratação de Recursos Logísticos - SELOG, sediado na Rua Rafael Vaz e Silva, nº 2646, Bairro Liberdade na cidade de Porto Velho em Rondônia, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de serviços contínuos de condutor/piloto fluvial, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por **5** itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

NÃO SE APLICA E ESSA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão, ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção, ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Nos itens de 1 a 5 não será concedido nesta Licitação tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3. Sociedades cooperativas;

3.7.4. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.5. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.6. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.7. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.8. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.9. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.10. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.11. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.7.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.7.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.5 e 3.7.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.7.5 e 3.7.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário, ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazos estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte, ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.6.1. De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.6.2. Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.6.3. De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário, ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.4. Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.5. Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.6. Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.6.7. Que participe do capital de outra pessoa jurídica;

- 5.6.8. Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 5.6.9. Resultante ou remanescente de cisão, ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 5.6.10. Constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 5.6.11. Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 5.7. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.
- 5.8. A falsidade da declaração de que trata o item 5.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 5.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, ou na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.12.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e;
- 5.12.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.13.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e;
- 5.13.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 5.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 5.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1. Valor unitário mensal e anual, total do item;
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 6.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **120 (cento e vinte) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6.14. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações-CBO.

6.15. Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,50 (cinquenta centavos)**.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.12.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.13.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.20.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão.

7.20.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

7.21.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

- 7.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.21.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 7.23.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - 7.23.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 - 7.23.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;
 - 7.23.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.
- 7.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 7.24.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - 7.24.2. empresas brasileiras;
 - 7.24.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 7.24.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 7.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 7.26.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.
 - 7.26.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
 - 7.26.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
 - 7.26.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
 - 7.26.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
 - 7.26.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

8.7.1. ACORDO COLETIVA DE TRABALHO 2025/2025 - REGISTRO NO MTE: RO000069/2025;

8.7.2. CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2024/2026 - REGISTRO NO MTE: AM000101/2025;

8.9. Os acordos, dissídios ou convenções coletivas indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.

8.10. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.10.1. conter vícios insanáveis;

8.10.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

- 8.10.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.10.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.10.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
- 8.10.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.11. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 8.12. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão, que comprove:
- 8.12.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 8.12.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 8.13. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.14. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.14.1. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.
- 8.14.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;
- 8.14.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.
- 8.14.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.
- 8.15. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 8.15.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.15.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.16. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.17. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.18. No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:
- 8.18.1. declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;
- 8.18.2. cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;
- 8.18.3. cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e

8.18.4. declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.19. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.

8.20. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

8.21. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.22 O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.

8.23. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia no site (<https://www.comprasnet.gov.br>).

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

9.9.1 O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado e-mail: **dseipvh.sesai@gmail.com**, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

9.9.2 Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção, ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (DUAS) HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.12.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.13.3. Será realizada consulta ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN, nos termos da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, em nome do licitante mais bem classificado.

9.13.3.1. O licitante vencedor deverá manter todas as condições de habilitação e regularidade fiscal durante o certame e até a assinatura do contrato, sob pena de desclassificação.

9.13.3.2. A existência de registro ativo no CADIN poderá caracterizar impedimento à adjudicação/homologação e à contratação do objeto licitado, nos termos da legislação aplicável, devendo o licitante comprovar a regularização da pendência perante o órgão competente previamente à adjudicação do certame e à assinatura do contrato.

9.13.4. A Administração poderá promover diligências e demais verificações necessárias quanto à regularidade do licitante, sem prejuízo das demais exigências previstas neste edital e na legislação vigente.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **2 (duas) horas**, para:

9.14.1. A aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3. Suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4. Suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão, ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de **5 (cinco)** dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **5 (cinco)** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **5 (cinco)** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **5 (cinco)** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.6. Na assinatura do contrato será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.6.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10.7. *Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o licitante vencedor deverá apresentar programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024, e comprovar a sua implantação nos termos da Portaria Normativa SE/CGU nº 226/2025, considerados o valor original do contrato e o valor que poderá ser alcançado por meio de eventuais aditivos contratuais.*

10.8. *Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019 /1974.*

10.9. *Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra para contratos com quantitativo igual ou superior a 25 (vinte e cinco) colaboradores, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação, nos termos do disposto no art. 6º, caput, inciso XVI, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do emprego de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica, a partir da indicação do órgão responsável pela política pública, em percentual igual ou superior a 8% (oito por cento) das vagas.*

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

NÃO SE APLICA A ESSA MODALIDADE DE LICITAÇÃO.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

NÃO SE APLICA E ESSA MODALIDADE DE LICITAÇÃO.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação, ou inabilitação do licitante:

13.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação, ou inabilitação;

13.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico **dseipvh.sesai@gmail.com**.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar, ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. Fraudar a licitação;

14.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. Advertência;

14.2.2. Multa;

14.3.3. Impedimento de licitar e contratar e

14.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **15 (quinze)** dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: **dseipvh.sesai@gmail.com**.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico **dseipvh.sesai@gmail.com**.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2. Anexo II – Minuta de Termo de Contrato;

16.11.3. Anexo III – Modelo de Proposta, Planilha de Custo e Formação de Preço;

16.11.4. Anexo IV – Instrumento de Medição de Resultado – IMR;

16.11.5. Anexo V – Declaração de Conhecimento das Condições da Licitação e Contratação;

16.11.6. Anexo VI – Modelo de Declaração de Vistoria;

16.11.7. Anexo VII – Modelo de Dispensa de Vistoria

16.11.8. Anexo VIII – Requisição de ordem de serviço;

16.11.9. Anexo IX - Atestado de Capacidade Técnica.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

HELENA DA SILVA ROCHA SETE

Chefe do Selog DSEI/PVH



Assinou eletronicamente em 01/06/2026 às 13:07:07.

DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA - PORTO VELHO

Termo de Referência 117/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
117/2025	257049-DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA - PORTO VELHO	HELENA DA SILVA ROCHA SETE	29/05/2026 16:28 (v 0.10)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		25061.002090/2025-46

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA
(Processo Administrativo nº 25061.002090/2025-46)

1.1. Contratação de serviços contínuos de condutor/piloto fluvial, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Serviço de Condutor/Piloto Fluvial									
GP	Item	Catser	Serviços com dedicação exclusiva de mão de obra de condutor/piloto fluvial /Localidade	CBO	Qtd	Valor Unitário	Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Anual
1	1	18007	Condutor Fluvial PVH/RO	3413-05	1	R\$ 6.792,14	R\$ 6.792,14	R\$ 6.792,14	R\$ 81.505,68
	2	18007	Condutor Fluvial Alta-Flo/RO	3413-05	6	R\$ 6.662,52	R\$ 6.662,52	R\$ 39.975,12	R\$ 479.701,44
	3	18007	Condutor Fluvial G-Mirim/RO	3413-05	17	R\$ 6.792,14	R\$ 6.792,14	R\$ 115.466,38	R\$ 1.385.596,56
	4	18007	Condutor Fluvial Ji-Pa/RO	3413-05	2	R\$ 6.738,75	R\$ 6.738,75	R\$ 13.477,50	R\$ 161.730,00
	5	18007	Piloto Fluvial Humaitá/AM	3413-05	5	R\$ 6.132,29	R\$ 6.132,29	R\$ 30.661,45	R\$ 367.937,40
	Valor Total Mensal Estimado				31			R\$206.372,59	
	Valor Total Anual Estimado							R\$ 2.476.471,08	

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.2.1. **O objeto desta contratação não se enquadra como de bem de luxo, conforme o Decreto nº 10.818, de 2021.**

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que consiste em atividades de condutor/piloto fluvial, essenciais ao funcionamento regular do DSEI Porto Velho e que não podem sofrer interrupção, sendo a vigência plurianual mais vantajosa

considerando a necessidade contínua da mão de obra, a economicidade decorrente de contratos de longa duração e a garantia de continuidade operacional conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 2 anos contados da data da vigência estabelecida no contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026**, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis;

4.1.1. observância rigorosa da legislação ambiental vigente, especialmente no que se refere à **proteção dos recursos hídricos**, à prevenção da poluição e à navegação sustentável em rios amazônicos;

4.1.2. adoção de **boas práticas ambientais na execução dos serviços de transporte fluvial**, incluindo a orientação dos condutores/pilotos fluviais quanto à condução eficiente das embarcações, ao uso racional de combustíveis e à redução de emissões e desperdícios;

4.1.3. proibição do descarte inadequado de resíduos sólidos, líquidos ou oleosos nos corpos d'água, devendo a contratada adotar procedimentos adequados de **condicionamento, coleta e destinação ambientalmente correta** dos resíduos eventualmente gerados durante a execução dos serviços;

4.1.4. cumprimento das normas de **saúde e segurança do trabalho**, com fornecimento e uso adequado de equipamentos de proteção individual, promovendo condições de trabalho seguras e dignas aos profissionais envolvidos;

4.1.5. orientação dos profissionais quanto ao **respeito às especificidades culturais, sociais e ambientais** das comunidades indígenas atendidas, assegurando conduta ética, responsável e compatível com o contexto local;

4.1.6. incentivo, sempre que tecnicamente viável, à **capacitação dos condutores/pilotos fluviais** em boas práticas ambientais, navegação responsável e prevenção de acidentes ambientais;

4.1.7. adoção de práticas de **gestão eficiente dos recursos**, visando à redução de desperdícios, à otimização das rotas fluviais e à melhoria contínua da eficiência operacional.

4.1.8. Os critérios de sustentabilidade estão detalhados no tópico 4.15 dos Estudos Técnicos Preliminares, apresentando os parâmetros adotados para garantir a conformidade socioambiental da contratação.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor **anual** da contratação.

4.4. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.4.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.4.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.4.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.4.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.4.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.5. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.6. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.7. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.8. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.8.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.9. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.9.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.9.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.9.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.10. *A apólice do seguro-garantia ou a fiança bancária deverá ter cobertura para o pagamento direto ao empregado das verbas devidas em razão da inadimplência do Contratado.*

4.10.1. O pagamento direto não pode estar condicionado ao trânsito em julgado de decisão judicial, sendo suficiente decisão definitiva em processo administrativo, que apure o montante devido.

4.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.12. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.14. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.14.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.14.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.15. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.15.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.15.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.16. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.16.1. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

4.16.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

4.16.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

4.17. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.18. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e /ou aplicar sanções à contratada.

4.19. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.20. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das **8:30** horas às **17:30** horas.

4.21. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.22. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.23. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.23.1. Declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, ou caso opte por não realizá-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com este (órgão ou entidade), na forma do Anexo deste Edital.

4.24. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Da Convenção Coletiva de Trabalho Adotada:

4.25. Deverá ser objeto de indicação quanto a elaboração da proposta dentro dessa perspectiva, considerando benefícios previstos em lei, custos com uniformes, encargos sociais e trabalhistas, estimativas de provisão para rescisão, custo de reposição do profissional ausente, tributo e custos indiretos da contratada.

4.26. Assim, caberá à CONTRATADA apresentar sua proposta respeitando o piso salário com base no estimado.

4.27. A fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, bem como para a contagem da anualidade prevista no art. 3º, §1º da Lei n. 10.192/2001, informa-se que foi utilizada a seguinte convenção coletiva de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

- ACORDO COLETIVA DE TRABALHO 2025/2025 - NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RO000069/2025
- CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2024/2026 - NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: AM000101/2025

4.28. Os sindicatos indicados na convenção coletiva mencionada não constituem obrigatoriedade de filiação ou adoção pelos licitantes, conforme Acórdão TCU nº 369/2012. Entretanto, cada licitante/contratante deverá observar integralmente a Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho aplicável à categoria profissional abrangida pelo contrato, sendo sua responsabilidade garantir que a proposta apresentada e a execução contratual estejam alinhadas às normas coletivas vigentes.

4.29. Para a concessão do vale-transporte, deverá ser considerado o valor da tarifa vigente no transporte público dos municípios onde ocorrerá a prestação dos serviços, especialmente Porto Velho e Ji-Paraná. Nos municípios que não possuam sistema formal de vale-transporte ou tarifa regulamentada, deverá ser observado o valor estipulado na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) correspondente ou outro meio legalmente comprovado, garantindo o deslocamento residência–trabalho–residência.

4.30. Para fins de cálculo do vale-transporte, adota-se o quantitativo de 22 (vinte e dois) dias úteis mensais, critério utilizado para estimativas de custos em contratos de natureza continuada.

4.31. Para a concessão do vale-alimentação, deverá ser observado o valor e as condições previstas na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) aplicável à categoria profissional envolvida.

4.32. Para fins de cálculo do vale-alimentação, considera-se o total de 30 (trinta) dias por mês, conforme prática consolidada nas planilhas de composição de custos para serviços contínuos.

4.33. Os benefícios previstos no instrumento coletivo, tais como vale-transporte e vale-alimentação, salvo disposição normativa em sentido diverso, deverão ser disponibilizados ao trabalhador na primeira semana do mês de início da contratação e, nos meses subsequentes, até o 5º (quinto) dia útil, garantindo a regularidade das obrigações trabalhistas e a manutenção das condições pactuadas no contrato.

4.33.1. A estimativa do número de vale-transporte na Planilha de Custos e Formação de Preços, elaborada com base nos contratos anteriores, é uma prática comum para orientar a formação do preço. Essa previsão utiliza dados históricos para calcular os custos de maneira razoável, considerando a realidade dos contratos passados. No entanto, essa estimativa serve apenas como referência, pois o número real de vale-transporte pode variar durante a execução do contrato, conforme necessidades imprevisíveis. A contratada é responsável por fornecer o quantitativo necessário, conforme estabelecido na IN Seges 5/2017, e CCTs.

Das Vedações à Contratação:

4.34. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507/2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador, sócio ou preposto com poder de direção que seja familiar de:

4.34.1. Detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

4.34.2. Autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

4.34.3. Para os fins deste item, considera-se familiar: cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (conforme Súmula Vinculante nº 13/STF, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813/2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203/2010).

4.34.4. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203/2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante.

- 4.34.5. A Licitante deverá apresentar, como parte integrante da documentação de habilitação e anualmente enquanto vigorar o contrato, **declaração formal de inexistência de nepotismo**, nos termos do Decreto nº 7.203/2010, atestando que nenhum de seus sócios, dirigentes ou administradores possui parentesco, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, por consanguinidade ou afinidade, com agentes públicos do órgão licitante que possuam poder de decisão ou influência direta sobre a contratação, garantindo a observância dos princípios da **moralidade, impessoalidade e transparência**, prevenindo conflitos de interesse e assegurando a regularidade e lisura do processo licitatório, sob pena de aplicação das sanções previstas no edital ou no contrato, inclusive a inabilitação ou rescisão contratual.
- 4.35. É vedada a execução dos serviços por empregado que possua parentesco, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, por consanguinidade ou afinidade, com agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203/2010.
- 4.36. A pré-seleção dos funcionários que irão executar as atividades indicadas na tabela acima será realizada pela Contratada, com posterior encaminhamento de toda a documentação ao DSEI Porto Velho, para análise, verificação e deliberação pelo Fiscal de Contrato e Gestor de Contratos, conforme os pré-requisitos do setor e com autorização da Coordenação do Distrito. Nenhuma demissão poderá ocorrer sem a avaliação da ocorrência pelo Fiscal e pelo Gestor do Contrato, bem como sem a prévia autorização da Coordenação do DSEI Porto Velho – RO.
- 4.37. Fica reservado à Contratante o direito de autorizar ou não eventuais substituições de funcionários, devendo tais substituições ocorrer mediante prévia comunicação formal ao Fiscal do Contrato, informando os motivos, a duração e apresentando a documentação comprobatória, incluindo contracheques referentes ao período de substituição.
- Critério do agrupamento.**
- 4.38. A escolha da solução contempla a contratação de Condutor/Piloto Fluvial para atender do Distrito anteriormente citado, desta forma como medida de racionalização da gestão dos contratos, os itens foram agrupados de acordo com as respectivas áreas de abrangências dos distritos, permitindo desta forma, que o DSEI possa gerenciar o contrato que será prestado nos locais/municípios de sua abrangência acompanhado por um fiscal titular e um fiscal substituto.
- 4.39. A solução não comporta parcelamento do objeto no âmbito da área de abrangência do DSEI Porto Velho, sem o comprometimento da solução como um todo, uma vez que se trata de contratação de serviços contínuos cuja execução integrada é indispensável ao atendimento das demandas operacionais. Dessa forma, não será admitida a contratação separada de itens integrantes de lote ou grupo, vedando-se a adjudicação parcial em favor de licitante que não tenha apresentado o menor preço para todos os itens que compõem o respectivo grupo, em conformidade com o entendimento firmado no Acórdão TCU nº 3.081/2019 – Plenário, o qual recomenda, ainda, que não seja autorizada a adesão a item de lote (grupo) quando o vencedor não tiver ofertado o menor valor naquele item específico.
- 4.40. Dessa orma, o critério de julgamento adotado será o de menor valor por grupo, considerando que a licitante deverá apresentar lances para a prestação dos serviços de Condutor/Piloto Fluvial pelo período de 12 (doze) meses, abrangendo todos os itens que compõem o respectivo grupo. Sagrar-se-á vencedora a licitante que apresentar o menor valor global do grupo, atendidos os requisitos de habilitação e as condições estabelecidas no instrumento convocatório.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 5.1.1. Início da execução do objeto: é data da vigência estabelecida no contrato.
- 5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados na abrangência dos seguinte endereços:

UNIDADE	ENDEREÇO
Sede Administrativa em Porto Velho/RO	Rua Rafael Vaz e Silva, 2646, Bairro Liberdade, CEP: 76.803-890, Porto Velho/RO.
Casai de Porto Velho/RO.	Rua Andréia, nº 4197, Bairro Igarapé, CEP: 76.824-324, Porto Velho/RO.
	Rua Capital Silva, nº 1166, Bairro Casa Preta, CEP: 76.904-634, Ji-

Casai de Ji-Paraná/RO.	Paraná/RO.
Casai de Alta Floresta/RO.	Avenida Carlos Luz, nº. 4930 – Bairro Redondo, CEP: 76.954-000, Alta Floresta D'Oeste/RO.
Casai de Guajará Mirim/RO.	Av. 15 de novembro, nº 1613, Bairro Serraria, Centro, CEP: 76.850-000, Guajará Mirim/RO.
Casai Humaitá/AM.	Rua Deputado Francisco Monteiro, S/ Nº, Bairro Novo Humaitá, CEP: 69.800-000, Humaitá/AM.

5.2.1. Os serviços serão prestados na área de abrangência do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Porto Velho, compreendendo os polos-base, aldeias indígenas, rotas fluviais e demais localidades indicadas pela Administração, situadas nos estados de Rondônia, Amazonas e Mato Grosso, conforme as necessidades operacionais do transporte fluvial de equipes de saúde, pacientes, insumos e materiais.

5.2.2. A gestão do contrato será realizada na Sede Administrativa do Distrito ou local/unidade, a qual serão realizados todos os serviços de comunicação, quando por qualquer eventual motivo necessário, salvo nos casos de urgência, ficando a cargo da CONTRATADA todas as despesas decorrentes da falha ou inexecução do contrato.

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário:

Posto	Horário / Período	Carga Horária
Contutor Fluvial.	08:00 as 12:00 / 14:00 as 18:00	44
Piloto Fluvial	08:00 as 12:00 / 14:00 as 18:00	

5.3.1. Os serviços serão prestados nos horários estabelecidos conforme determina a Convenção coletiva da categoria, os quais terão jornadas de 44 (quarenta e quatro) horas considerando os de sobreaviso.

5.3.2. A intrajornada será usufruída com descanso de 1 (uma) hora, sem necessidade de substituição, conforme disposto no artigo 71 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que assegura o intervalo para repouso ou alimentação sem obrigatoriedade de cobertura, salvo atividades ininterruptas.

5.3.3. A organização da jornada permite que o intervalo ocorra em momentos de menor demanda ou com a embarcação atracada, garantindo a continuidade do serviço sem prejuízo à segurança ou à eficiência operacional. A medida também está em conformidade com os princípios da eficiência administrativa e da economicidade, previstos no artigo 37 da Constituição Federal, e atende às diretrizes da Norma da Autoridade Marítima (NORMAM), assegurando a segurança e a legalidade da operação.

Compensação de Horas

5.3.4. O eventual regime de banco de horas aplicável aos empregados da empresa contratada deverá observar exclusivamente o disposto no art. 59, §§ 2º, 5º e 6º, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, sendo de inteira responsabilidade da contratada a sua instituição, gestão e controle, desde que expressamente previsto em acordo individual válido ou em acordo ou convenção coletiva de trabalho da categoria profissional.

5.3.5. A Administração não estabelece, não impõe e não interfere na forma de compensação de jornada, na proporção entre horas trabalhadas e folgas concedidas, nem no momento da compensação, limitando-se a exigir o fiel cumprimento da legislação trabalhista vigente. Eventual adoção de compensação na proporção de dias trabalhados por dias de folga somente será admitida se expressamente prevista no instrumento coletivo ou acordo individual válido, observado o prazo legal máximo para compensação e os limites de jornada.

5.3.6. A concessão de folgas, descansos ou compensações decorrentes do banco de horas não poderá comprometer a continuidade do serviço contratado, cabendo à contratada promover a adequada gestão de pessoal, inclusive substituições, quando necessário, sem qualquer ônus adicional à Administração.

5.3.7. O descumprimento da legislação trabalhista, de normas coletivas aplicáveis ou de obrigações relacionadas ao banco de horas não gera vínculo trabalhista com a Administração, nem responsabilidade solidária ou subsidiária automática, respondendo a contratada integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários e decorrentes de eventuais passivos, nos termos da Lei nº 14.133/2021, da CLT e da jurisprudência consolidada dos órgãos de controle.

Rotinas a serem cumpridas

5.3.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.3.5. Os empregados alocados no contrato desempenharão suas atividades nas abrangências das CASAs, conforme quadro abaixo:

--	--	--

Serviços com dedicação exclusiva de mão de obra de condutor/piloto fluvial/Localidade	CBO	Qtd
Condutor Fluvial CASAI de Porto Velho/RO	3413-05	1
Condutor Fluvial CASAI de Alta-Floresta D'Oeste/RO	3413-05	6
Condutor Fluvial CASAI de Guajará-Mirim/RO	3413-05	17
Condutor Fluvial CASAI de Ji-Paraná/RO	3413-05	2
Piloto Fluvial CASAI de Humaitá/AM	3413-05	5
Total		31

5.3.6. Os empregados alocados no contrato terão como sede para prestação dos serviços as Casas de Apoio à Saúde Indígena adstrita ao DSEI Porto Velho, nas localidades acima relacionadas:

5.3.7. Os postos de trabalho inerentes ao Grupo são de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, para prestação dos serviços junto com as equipes multiprofissionais de saúde e atuação em área indígena, poderão desenvolvendo 20 (vinte) dias de trabalho e usufruindo de 10 (dez) dias de folga, ou sua proporção, de acordo com as necessidades de cada ocasião e dentro dos limites da legislação trabalhista.

5.3.8. Os funcionários da contratada deverão prestar serviços nas localidades e em quantidades definidas na tabela acima, atendendo à distribuição de profissionais conforme a necessidade específica de cada região, incluindo localidades remotas e de difícil acesso. Esse atendimento é fundamental para garantir a cobertura integral da saúde nas áreas designadas.

5.3.9. Os postos de trabalho previstos para o Grupo exigem uma carga horária semanal de 44 (quarenta e quatro) horas, com uma atuação integrada às equipes multiprofissionais de saúde. Esses profissionais serão alocados em áreas indígenas, onde é necessário garantir um atendimento contínuo e adaptado às especificidades culturais e de saúde da população local.

5.3.10. O regime de trabalho consiste em um período de 20 (vinte) dias consecutivos de prestação de serviços, seguido por um intervalo de descanso de 10 (dez) dias. Esse formato foi estruturado para atender à necessidade de permanência prolongada nas áreas atendidas, permitindo um acompanhamento contínuo e de qualidade, sem prejudicar o bem-estar dos profissionais. Caso as condições exijam, essa escala poderá ser adaptada de forma proporcional, sempre de acordo com as necessidades de cada situação específica e dentro dos limites da legislação trabalhista. Este modelo busca não apenas maximizar a eficiência do atendimento em campo, mas também assegurar que as equipes estejam bem-preparadas e respeitadas em seu direito ao descanso.

5.3.11. Os serviços serão prestados no local de cada base e também poderão ser realocados a depender da necessidade do DSEI, mediante autorização da Contratada;

5.3.12. Efetuar tarefas de condução, manobra, atracação, desatracação, carga, descarga e manutenção de pequenas embarcações, lanchas e outras, orientando-se pelas normas e práticas de navegação e valendo-se da própria experiência, para transportar pessoas e cargas: manipular as amarras de bordo, passando os cabos nós guinchos ou esteios, amarrando-os, soltando-os e recolhendo-os, para possibilitar a atracação e desatracação do barco;

5.3.13. Apresentar-se ao trabalho pontualmente, obedecendo às regras básicas de higiene;

5.3.14. Atender prontamente todas as solicitações relacionadas ao cumprimento do posto de serviço e emanadas do preposto, por determinação do Fiscal do Contrato;

5.3.15. Tratar a todos com cordialidade;

5.3.16. Agir com discrição e não veicular informações adquiridas, em decorrência do exercício das atividades, respondendo criminalmente, no caso de violação;

5.3.17. Manter-se no posto de trabalho, não devendo se afastar de seus afazeres, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;

5.3.18. Preencher o BDTF (Boletim Diário de Tráfego Fluvial) assinar juntamente com o responsável pela viagem sempre que houver a prestação do serviço, realizar os relatórios solicitados pela Contratante, como por exemplo, contagem de horas de funcionamento de determinados equipamentos, datas de manutenção preventiva, históricos de manutenção corretiva, medição de taxa de consumo de combustível, calendário de trocas de lubrificantes, calendário de trocas de extintores e demais itens que a Contratante julgar necessário. A não observância deste item poderá ensejar o bloqueio do pagamento pelos serviços prestados;

5.3.19. Conduzir a embarcação para os postos de abastecimento indicados pela Contratante, conduzir a embarcação, para fins de reparos em estaleiros e oficinas autorizadas pela Contratante;

5.3.20. Cuidar para que quando atracadas, fundeadas, ou na boia, o barco esteja seguramente amarrada e sem riscos de se soltar no período noturno ou em sua ausência;

- 5.3.21. Cumprir a programação do serviço elaborada pela Administração de forma a garantir as condições de rapidez e segurança necessárias;
- 5.3.22. Cuidar da limpeza e conservação do barco/lancha e motor;
- 5.3.23. Inspeccionar, semanalmente, toda a parte mecânica essencial da lancha;
- 5.3.24. Notificar a necessidade de cumprimento de item constante do plano de manutenção preventiva da lancha, ao fiscal ou representante designado pela Contratante;
- 5.3.25. Zelar pela integridade e segurança de todos os equipamentos, partes, itens e acessórios pertencentes ao barco, em especial, aqueles que utilizam no desempenho de suas funções;
- 5.3.26. Comunicar ao representante da Contratante, todo acontecimento entendido irregular e que atente contra seu patrimônio, servidores, ou a terceiros;
- 5.3.27. Informar imediatamente à Contratada sobre quaisquer alterações de rotina, como necessidade de manobrar, indícios de avaria, colisão ou de incêndio, roubo ou furtos e visitas de pessoal estranho à utilização do barco;
- 5.3.28. Manter o fiscal ou representante da Contratante informado sobre as necessidades de compra de bens de consumo necessários a condução da lancha;
- 5.3.29. Atender às normas e legislação de segurança do Tráfego Aquaviário;
- 5.3.30. Zelar pela integridade e segurança de todos os equipamentos, partes, itens e acessórios pertencentes à embarcação.
- 5.3.31. A fiscalização dos serviços executados e do cumprimento das demais cláusulas constantes neste Termo de Referência, em Edital e em Contrato será realizada por servidor designado nomeado pelo Coordenador Distrital de Saúde Indígena do DSEI-Porto Velho.
- 5.3.32. É obrigatório o uso do uniforme e dos EPI's (Equipamentos e Proteção Individual) adequados à execução de suas atividades;
- 5.3.33. O profissional designado pela contratada deverá além de conduzir com segurança a embarcação no transporte de cargas e pessoas, deve: - obedecer as normas de segurança fluvial e combate a incêndio; - lidar de forma sustentável e ter cuidados com o meio ambiente na manipulação de combustíveis, óleos lubrificantes e demais resíduos gerados no transporte; e - orientar passageiros e demais usuários sobre as normas de segurança, cuidados com o meio ambiente e como se portar na embarcação a fim de evitar acidentes com passageiros e com outras embarcações;
- 5.3.34. Manter em plena manutenção os sistemas de sinalização e segurança fluvial, como boias, balizas, luzes de direcionamento e sinais sonoros de advertência;
- 5.3.35. Manter a embarcação e o motor em pleno uso e com o programa de manutenção preventiva em dia;
- 5.3.36. Manter a guarda e em conservação adequada o jogo de ferramentas e demais acessórios de manutenção e segurança que acompanham a embarcação e o motor;
- 5.3.37. Ter habilidade de executar pequenos reparos no barco, motor e atracadouro.
- 5.3.38. A Contratada deverá disponibilizar nas quantidades exigidas todos os condutores/pilotos fluvial, materiais e equipamentos contratados, nos locais designados;
- 5.3.39. A execução dos serviços será iniciada logo após a assinatura ou prazo definido em contrato.
- 5.3.40. A Contratada deverá indicar pessoa/preposto, que ficará responsável por atender cada CASAI, depois de contatado pelo fiscal de contrato, solucionando todo e qualquer problema envolvendo a mão de obra disponibilizada.
- 5.3.41. Os serviços serão prestados somente por profissionais capacitados, portando crachá de identificação individual, no qual deverá constar o nome da contratada, nº de registro, função e fotografia do barqueiro portador;
- 5.3.42. Na prestação do serviço de mão de obra, a Contratante pagará à Contratada, exclusivamente, o valor mensal por posto.
- 5.3.43. O combustível para a realização das demandas, será fornecido pelo Distrito Sanitário Especial Indígena para atendimento dos serviços prestados.

Regras de Responsabilidade e Segurança na Operação das Embarcações

- 5.3.44. A execução dos serviços de Condutor/Piloto Fluvial deverá observar, de forma rigorosa, as normas de segurança da navegação, as determinações da Administração e as boas práticas operacionais aplicáveis. Compete exclusivamente à empresa

contratada, na condição de empregadora, a orientação, capacitação, supervisão e controle da atuação de seus empregados, bem como a correta utilização das embarcações e motores disponibilizadas para a execução do objeto, assumindo integralmente os riscos da atividade econômica, nos termos do art. 2º do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT) e dos arts. 117, 121 e 124 da Lei nº 14.133/2021.

5.3.45. A empresa contratada responderá integralmente perante a Administração por quaisquer danos materiais, avarias, prejuízos operacionais ou riscos decorrentes da execução contratual, inclusive aqueles resultantes de ato, omissão, negligência, imprudência ou imperícia de seus empregados, desde que devidamente apurados em regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, em conformidade com o art. 155 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, nos termos dos arts. 156 a 168 da Lei nº 14.133/2021, e da alocação de riscos definida na respectiva matriz de riscos.

5.3.46. O condutor/piloto fluvial deverá zelar pela integridade, conservação e correto funcionamento da embarcação e motores durante a execução dos serviços, comunicando imediatamente à Administração e à empresa contratada qualquer irregularidade, falha mecânica, sinistro ou condição que possa comprometer a segurança da navegação, observadas as normas da Autoridade Marítima (Marinha do Brasil) e demais disposições legais aplicáveis, sendo vedada a utilização da embarcação em condições inadequadas ou em desacordo com as orientações técnicas e de segurança estabelecidas.

5.3.47. A eventual apuração de responsabilidade individual do empregado ocorrerá exclusivamente no âmbito interno da empresa contratada, nos termos do art. 2º do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT) e do art. 932, inciso III, da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), não se estabelecendo qualquer vínculo jurídico direto entre a Administração e os profissionais alocados, em consonância com o art. 121 da Lei nº 14.133/2021 e com o entendimento consolidado dos órgãos de controle.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.4.1. A contratada providenciará, às suas expensas, a instalação e/ou disponibilização de Sistema de Registro de Ponto, seja eletrônico (SREP) ou Registro manual, de acordo com o previsto no art. 74, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e disciplinado na Portaria nº 1.510, de 21 de agosto de 2009, do Ministério do Trabalho e Emprego. O sistema deverá possibilitar a anotação da entrada e saída dos trabalhadores da empresa, seja por meios eletrônicos (equipamentos e programas informatizados) ou por controles manuais distribuídos fisicamente nos endereços constantes neste Termo, de forma a atender a totalidade dos profissionais.

5.4.2. Nos locais de prestação de serviços, a Contratada deverá fornecer antes do início da prestação dos serviços e mensalmente, meios de controle de frequência (eletrônico ou manual) para anotação da hora de entrada e saída, observando a legislação vigente, sendo que estes locais deverão ser fiscalizados diariamente pelos supervisor(es) ou preposto(s) da Contratada e Fiscal.

5.4.3. Controlar a quantidade de horas efetivamente prestadas na execução dos serviços, apresentando à CONTRATANTE relatórios semanais e mensais gerados pelo Sistema de Registro e Controle de Ponto, eletrônico ou manual, contendo toda a movimentação dos prestadores de serviços, devendo a Fiscalização verificar e aprovar a adequação e correção dos registros para fins de pagamento.

5.4.4. Fornecer ao Fiscal ou Gestor do Contrato, acesso via “web” (quando utilizado) ao Sistema Eletrônico de Registro de Ponto (SREP), quando aplicável, visando o controle e conferência das informações sobre a quantidade de horas efetivamente prestadas na execução dos serviços.

5.4.5. Registrar e controlar, juntamente com o Fiscal do contrato, diariamente, a assiduidade e pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas, efetuando a reposição da mão de obra na eventual ausência, independentemente de o registro de ponto ser manual ou eletrônico.

5.4.6. Será permitida a flexibilização do horário de serviço, através de Acordo formal de compensação de horas excedentes, no qual as horas trabalhadas em um dia poderão ser compensadas mediante diminuição da jornada em outro dia, respeitando as regulamentações dispostas no Acordo ou Convenção Coletiva.

5.4.7. A compensação de horas deverá, obrigatoriamente, estar em conformidade com Acordo ou Convenção Coletiva elaborado pelo Sindicato da respectiva categoria, nos termos do art. 59, §§ 2º e 3º da CLT e demais legislações vigentes.

5.4.8. A realização de horas excedentes e a sua respectiva compensação deverão ser comunicadas previamente entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, com o objetivo de evitar prejuízos na execução dos serviços.

5.4.9. O controle de frequência adotado pela Contratada, seja manual ou eletrônico, não impede que o Contratante utilize meios próprios para acompanhar o cumprimento dos horários de funcionamento dos funcionários.

5.4.10. A Contratada, através de seus supervisor(es) e preposto(s), deverá providenciar a substituição imediata de toda e qualquer falta ou atraso dos funcionários, devendo identificar e comunicar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato da

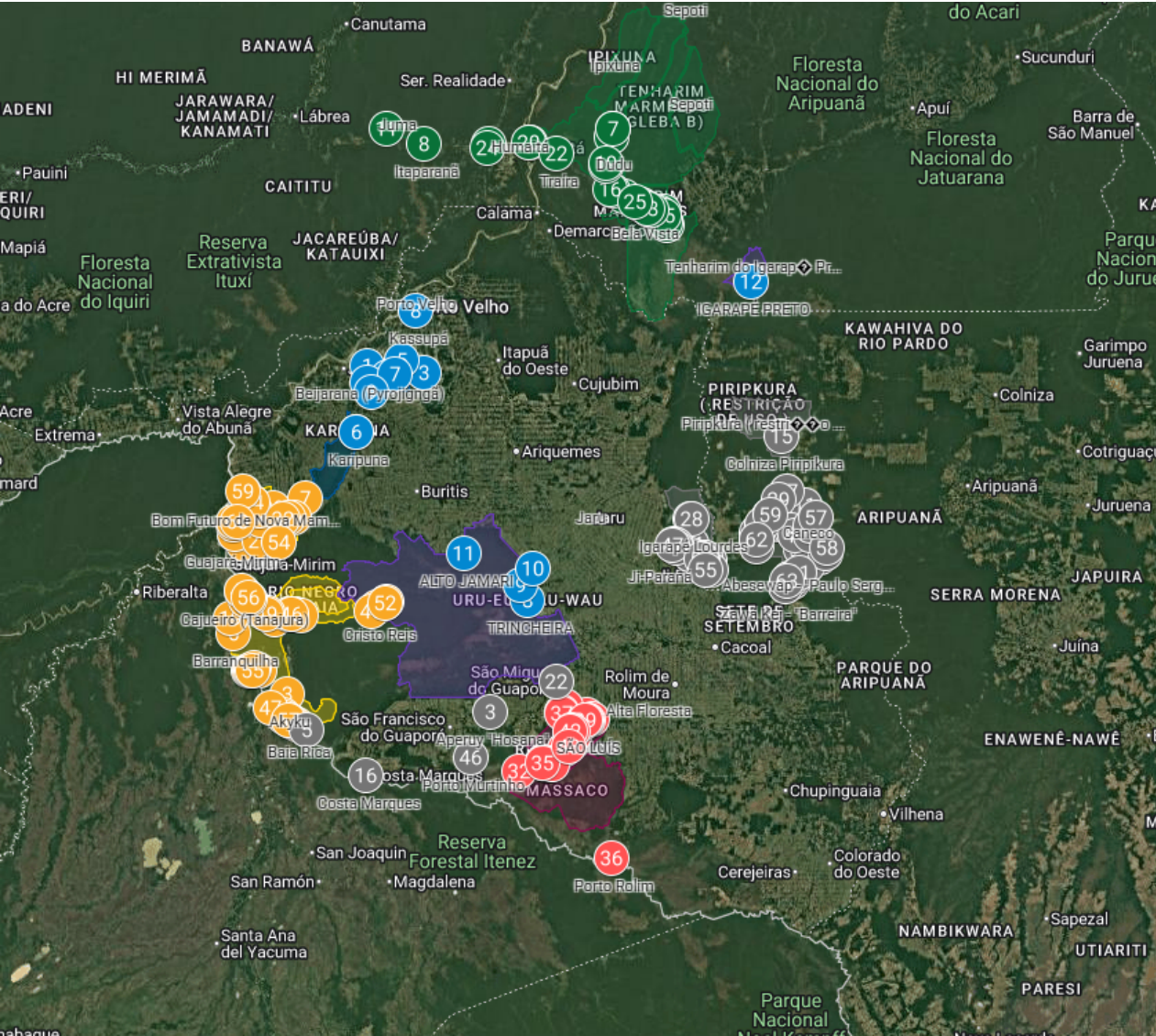
unidade em que o serviço está sendo executado, sob pena de desconto do percentual referente ao serviço que deixou de ser executado, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

5.4.11. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante.

5.4.12. A Contratante poderá recusar ou solicitar a substituição dos profissionais da Contratada se os mesmos forem julgados inconvenientes, ineficientes, inidôneos ou apresentarem má conduta moral ou profissional na execução dos serviços, devendo a Contratada, além de substituir, no prazo de até 72h (setenta e duas) horas, identificar e comunicar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato.

5.4.13. Os serviços deverão ser executados de forma contínua, com alocação dos profissionais nos endereços indicados pelo DSEI, respeitando escalas, jornadas e turnos definidos pela Administração. A Contratada deverá assegurar que todos os postos estejam preenchidos diariamente, sendo obrigatória a substituição de empregados ausentes, licenciados ou afastados. A substituição imediata deverá ocorrer no prazo máximo de 4 (quatro) horas, ou, nos casos de profissional cuja atuação se revele incompatível com as atribuições do cargo, a substituição definitiva deverá ocorrer no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas. Durante este período, o posto não poderá permanecer desguarnecido, devendo ser obrigatoriamente ocupado por profissional substituto temporário, disponibilizado pela Contratada no prazo máximo de até 4 (quatro) horas após a solicitação. O registro de frequência deverá ser realizado em sistema eletrônico ou manual, disponibilizado a Administração, garantindo o controle efetivo da presença e da jornada dos empregados.

Áreas de abrangência



Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

- 5.5.1. Quantidade de postos:
Serão licitados 31 postos de serviços, que serão distribuídos conforme bitem 5.3.5. deste TR.

5.5.1.1. É vedado à Administração fixar previamente o quantitativo de mão de obra a ser utilizado na prestação dos serviços, devendo sempre adotar uma unidade de medida que permita a correta quantificação da mão de obra necessária à execução das atividades. Assim, a planilha do item 1 deste Termo de Referência representa apenas uma estimativa, baseada na quantidade de embarcações necessárias e nas características operacionais do serviço, como a duração das viagens e os destinos, entre outros fatores, para mensurar a necessidade de pilotos. O preenchimento dos postos ocorrerá conforme as quantidades necessárias para a execução dos serviços.

5.5.2. Prestação de serviços mediante a disponibilização de profissionais capacitados, atendendo às necessidades específicas deste Distrito Sanitário Especial Indígena Porto Velho e suas unidades de CASAls.

5.5.3. Observar a legislação trabalhista relativa à jornada de trabalho, às normas coletivas da categoria profissional e às normas internas de segurança e saúde no trabalho.

5.5.4. A Contratada deverá selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, assegurando que suas funções profissionais estejam legalmente registradas nas respectivas Carteiras de Trabalho.

5.5.5. Comprovar aptidão para a prestação dos serviços, considerando características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação ou do item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

5.5.6. A Contratada não poderá compartilhar os recursos humanos disponíveis para execução simultânea de outros contratos e deverá possibilitar à Contratante a fiscalização quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos.

5.5.7. A Contratada deverá permitir à Contratante a fiscalização quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos.

5.5.8. A Contratada deverá fornecer pessoal capacitado para a execução dos serviços, com comprovada experiência e compatível com o grau de complexidade das atividades.

5.5.9. É vedado à Contratada recrutar prestadores que possuam vínculo familiar (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau) com servidores do DSEI-PVH que exerçam cargo em comissão ou função de confiança (chefia), para prestar serviços no âmbito do Órgão Contratante, em conformidade com o art. 7º do Decreto nº 7.203/2010.

5.5.10. A futura Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto deste Termo de Referência.

5.5.11. As empresas licitantes, adjudicatárias e contratadas estarão sujeitas às penalidades previstas no Decreto nº 10.024/2019 e nos arts. 115 e 162 da Lei nº 14.133/2021, assegurado o direito constitucional ao contraditório e à ampla defesa.

5.5.12. A Contratada ficará obrigada a aceitar, no interesse da Administração, nas mesmas condições assumidas, os acréscimos ou supressões que se fizerem, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato inicial atualizado, conforme prevê o art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

5.5.13. O licitante deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

Especificação da garantia do serviço

5.6. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Uniformes e EPIs

5.7. Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

5.7.1. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

5.7.1.1. **2 (dois)** conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído **2 (dois)** conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de **72 (setenta e duas)** horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

5.7.1.2. O primeiro conjunto de uniformes, que inclui uma camisa estilo polo manga curta (uma camisa manga longa e uma curta aos carregadores de bens e almoxarife), e um crachá, deverá ser entregue para cada colaborador quando da efetivação da contratação da prestação dos serviços, e novamente a cada 06 (seis) meses, exceto o crachá que será entregue uma única vez na efetivação do contrato.

5.7.2 As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

Uniforme		
Descrição	Quant.	Periodicidade
Camisa manga longa Malha Fria com proteção UV	4	Anual
Camisa Polo Manga Curta Malha Fria	4	Anual
Calça Comprida Jeans Azul ou Preto	4	Anual
Par de Meias de algodão	4	Anual
Sinto de Nylon ou Material Superior	2	Anual
Crachá	1	Anual
EPIs		
Óculos de segurança	2	Anual
Protetor Auricular	4	Anual
Luvas de Proteção	4	Anual
Capa de Chuva Resistente	2	Anual
Chapéu com Protetor de Nuca	2	Anual
Bota (conforme a NR6 – Equipamentos de Proteção Individual – EPI)	4	Anual
Colete Salva Vidas	1	Anual

5.7.3. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

5.7.4. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

Fornecimento de Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual – EPI

5.7.5. O primeiro conjunto de uniformes deverá ser entregue pela CONTRATADA a cada empregado no momento da efetivação da contratação para a execução dos serviços, devendo ser realizada a substituição periódica a cada 6 (seis) meses, com exceção do colete salva-vidas, cuja substituição deverá ocorrer a cada 12 (doze) meses.

5.7.6. O crachá de identificação funcional deverá ser entregue quando do início da execução contratual e renovado a cada 12 (doze) meses, ou sempre que necessário.

5.7.7. A CONTRATADA deverá substituir os uniformes ou EPI sempre que estes não atenderem às condições mínimas de apresentação, qualidade e conservação, sendo vedado o repasse de qualquer custo ao empregado, bem como a exigência de devolução do uniforme usado por ocasião da entrega de novos conjuntos.

5.7.8. Os uniformes e crachás são de uso individual e exclusivo, devendo ser imediatamente substituídos nos casos de desligamento, substituição ou remanejamento do empregado.

5.7.9. No caso de empregada gestante, a CONTRATADA deverá fornecer uniformes adequados à condição, procedendo à substituição sempre que necessário para garantir conforto, segurança e dignidade no exercício das atividades.

5.7.10. A entrega dos uniformes e crachás deverá ser realizada mediante recibo individual, cuja cópia deverá ser encaminhada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato, acompanhada do original para conferência, sempre que solicitado.

Dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI

5.7.11. O fornecimento dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI é de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, devendo observar integralmente o disposto na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, especialmente o art. 166, bem como a Norma Regulamentadora nº 06 (NR-06) do Ministério do Trabalho.

5.7.12. Os EPI deverão ser fornecidos gratuitamente, em perfeito estado de conservação e funcionamento, devidamente certificados, e adequados aos riscos inerentes às atividades de Condutor/Piloto Fluvial, incluindo, entre outros, os riscos de navegação, manuseio de embarcações e exposição ambiental.

5.7.13. A CONTRATADA deverá registrar formalmente o fornecimento, substituição e controle dos EPI, por meio de termos de recebimento assinados pelos empregados, os quais deverão ser apresentados ao fiscal do contrato sempre que solicitados, acompanhados da relação nominal dos empregados.

Das Obrigações do Empregado quanto ao Uso do EPI

5.7.14. Compete ao empregado, quando da posse do EPI:

- a) utilizar o equipamento exclusivamente para a finalidade a que se destina;
- b) zelar pela guarda, conservação e correto uso;
- c) comunicar imediatamente ao empregador qualquer dano, extravio ou alteração que torne o equipamento impróprio ao uso;
- d) cumprir rigorosamente as orientações e determinações do empregador quanto ao uso adequado.

5.7.15. A recusa injustificada do empregado em utilizar os EPI fornecidos poderá ensejar a adoção das medidas administrativas e disciplinares cabíveis, nos termos da legislação trabalhista vigente, sem qualquer ingerência da Administração Pública.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. *Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado deverá manter preposto da empresa em acompanhamento da execução do objeto durante o período de toda execução contratual.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.16.1. Conferir, por amostragem e diariamente, a presença dos empregados terceirizados, identificando as funções desempenhadas e verificando o cumprimento da jornada de trabalho contratada.

6.16.2. Verificar, diariamente, a utilização adequada dos uniformes e Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, assegurando que estejam em condições de uso e em conformidade com as normas de segurança.

6.16.3. Realizar visitas periódicas aos locais de execução dos serviços, a fim de verificar o andamento das atividades, confirmando se estão sendo realizadas conforme o planejamento estabelecido.

6.16.4. Inspecionar a qualidade dos materiais empregados e sua conformidade com as especificações técnicas do contrato, bem como assegurar que os métodos e técnicas adotados observem os padrões exigidos.

6.16.5. Monitorar o cumprimento dos prazos previstos no contrato, adotando as medidas cabíveis em caso de atraso, eventuais riscos à execução ou necessidade de ajustes no cronograma.

6.16.6. Verificar a observância das normas técnicas, regulamentações legais e requisitos de segurança, incluindo aspectos de saúde e segurança no trabalho, acessibilidade e demais obrigações aplicáveis.

6.16.7. Elaborar relatórios periódicos sobre a execução dos serviços, devidamente acompanhados de registros fotográficos, medições, documentos comprobatórios das etapas realizadas e demais evidências necessárias, utilizando o Instrumento de Medição de Resultado – IMR ou outro instrumento equivalente aprovado pela Administração.

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.19. Para a compensação da jornada prevista no Decreto 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades distintas, caberá ao fiscal setorial fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida. Em não havendo designação de fiscal setorial, a competência recairá no fiscal técnico.

6.20. O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista.

6.21. O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal ou no termo de recebimento provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.

6.22. Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.

6.23. O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.

6.24. Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.

6.25. Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato.

6.26. O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.

6.27. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório, com as seguintes informações:

6.27.1. se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;

6.27.2. se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;

6.27.3. se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.27.4. se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.

6.28. Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverão ser realizadas as seguintes ações:

6.29. Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.

6.30. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório com as seguintes informações:

6.30.1. se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.30.2. se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura.

Fiscalização Administrativa

6.31. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.32. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.33. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.33.1. Verificar se os serviços e produtos estão sendo entregues conforme as especificações contratuais.

6.33.2. Solicitar e analisar documentos que comprovem a regularidade fiscal e trabalhista da contratada.

6.33.3. Realizar inspeções técnicas para verificar a conformidade com o contrato.

6.33.4. Monitorar a capacidade técnica e financeira da contratada.

6.33.5. Acompanhar e formalizar alterações no contrato.

6.33.6. Monitorar a aplicação de multas ou sanções por descumprimentos contratuais.

6.33.7. Garantir que todas as obrigações sejam cumpridas e formalizar o encerramento.

6.34. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.35. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.35.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.35.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.35.1.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.35.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.35.1.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.35.1.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

6.35.1.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.35.1.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;

6.35.1.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.35.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.35.1.3.. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.35.1.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;

6.35.1.3.2 cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

6.35.1.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.35.1.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

6.35.1.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato; e

6.35.1.3.6. documentos comprobatórios de que o capital social integralizado da empresa é compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

6.36. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.35.1.1 acima deverão ser apresentados.

6.37. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.35.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.38. A cada período de 12 meses[A8] de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

6.39. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

6.40. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

6.41. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

6.42. No caso de sociedades diversas[A9], tais como as Organizações Sociais Civis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

6.43. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

6.44. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

6.45. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.

6.46. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções. 6.47. A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

4.47 A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

6.48. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

6.49 Não havendo quitação das obrigações por parte do Contratado no prazo de quinze dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

6.50. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

6.51. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do Contratado.

6.52. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.53. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.54. A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.55. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.56. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

6.57. A fiscalização administrativa verificará a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, que poderá ser adotada nas seguintes hipóteses:

6.57.1 diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho na unidade de execução, inclusive na hipótese de recesso de final de ano, quando houver; e

6.57.2. necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores, em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhadores substitutos.[A10]

6.58 As compensações de jornada limitam-se:

6.58.1 à jornada diária máxima de 10 (dez) horas; e

6.58.2. ao acréscimo de 2 (duas) horas à jornada diária do trabalhador.

6.59 A compensação de jornada depende do interesse manifestado pelo trabalhador e da avaliação do responsável pela unidade de execução.

6.60. A fiscalização administrativa acompanhará o planejamento e a programação das férias dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, a serem realizados pela contratada, a fim de assegurar a previsibilidade da época de gozo das férias, como previsto no inciso I do art. 3º do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, nos termos da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025.

6.61. A programação da fruição das férias será realizada com, no mínimo, sessenta dias de antecedência ao término do período aquisitivo, salvo quando o período aquisitivo se encerrar nos primeiros noventa dias da vigência contratual.

6.62. A contratada poderá solicitar reunião com a fiscalização contratual, antes da definição da programação da fruição das férias, para dirimir eventuais dúvidas sobre as rotinas da prestação de serviço estabelecidas neste Termo de Referência.

6.63. O planejamento será formalizado por meio do relatório de programação de férias, no qual será informada a época de fruição de férias de cada colaborador terceirizado.

6.64. O relatório de programação das férias conterá a relação dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, cargo ou função, data de admissão e alocação no posto e informações sobre as férias, incluindo as datas de início e fim do período aquisitivo, do período concessivo e da fruição das férias, caso já estejam programadas, bem como o parcelamento dos períodos de férias, se houver.

6.65. A contratada deverá enviar à fiscalização administrativa:

6.65.1. até o quinto dia útil de cada mês, a partir do segundo mês da execução contratual, o relatório de programação das férias dos colaboradores terceirizados, observados os prazos do art. 5º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025;

6.65.2. em até 5 dias úteis após a ciência do colaborador terceirizado, o recibo de concessão de férias, conforme o art. 135 da CLT e o inciso IV do art. 50 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

6.66. O planejamento e a programação deverão garantir que as férias sejam fruídas, sempre que a vigência contratual permitir, dentro de doze meses, contados a partir da data do direito adquirido, conforme o art. 134 da CLT, de modo a mitigar as ocorrências de pagamento indenizado, observado o disposto no art. 8º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.

6.67. Após a programação das férias, eventuais alterações deverão ser comunicadas à fiscalização administrativa com, no mínimo, noventa dias de antecedência do início da fruição das férias, mediante justificativa, indicando-se, para tanto, um dos motivos elencados no parágrafo único do art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.

Gestor do Contrato

6.68. Cabe ao gestor do contrato:

6.68.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.68.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.68.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.68.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.68.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.68.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.68.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.68.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.68.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto nº 12.174/2024;

6.68.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

6.69. Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) em anexo, conforme previsto em Anexo ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. Unidade de medida: Posto de trabalho/mês efetivamente ocupado: Considera-se a ocupação mensal de cada posto de trabalho com a presença de um profissional habilitado, devidamente registrado e em conformidade com os requisitos contratuais (assiduidade, pontualidade, qualificação exigida e produtividade mínima);

7.4.2. Forma de apuração: Será contabilizado o número de postos efetivamente preenchidos durante o mês, proporcionalmente aos dias trabalhados.

7.4.2.1. Produtividade de referência ou critérios de qualidade para a execução contratual.

7.4.2.2. Eficiência na execução das demandas com prazos médios estabelecidos por setor.

7.4.2.3. Observância de padrões documentais e procedimentos internos da Administração

7.4.2.4. Correção e completude dos serviços prestados.

7.4.2.5. Cumprimento de prazos estabelecidos.

7.4.2.7 Ausência de retrabalho por falha atribuída ao prestador.

Recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **3 (três)** dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.6 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.8. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período o período mensal.

7.9. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.9.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.9.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.10. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.11. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.12. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.13. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.14. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.15. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.16. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **10 (dez)** dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.16.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.16.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.16.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.16.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.16.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.[A8]

7.17. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.18. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.19. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.20. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.21. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.22. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- Vi) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.23. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.24. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.25. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.25.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.25.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.26. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.27. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.28. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.29. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.30. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.31. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)** de correção monetária.

Forma de pagamento

7.32. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.33. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.34. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.34.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.35. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Repactuação

7.36. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.

7.37. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

7.37.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

7.37.2. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.38. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.38.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.39. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

7.40. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

7.41. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.42. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

7.43. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.43.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.43.2. Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja[A19] diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.

7.43.3. A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.

7.43.4. A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.

7.43.5. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores.

7.43.6 A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra, que não estejam discriminados como custos mínimos relevantes pela Administração, terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, àquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

7.44. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)**, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I⁰ = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.45. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

- 7.46. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 7.47. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 7.48. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.
- 7.49. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.
- 7.50. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.
- 7.51. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.
- 7.52. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 7.53. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.
- 7.54. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
- 7.55. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.
- 7.56. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até **30 (trinta) dias**, contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.
- 7.57. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.
- 7.58. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.
- 7.59. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.60. O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.
- 7.61. Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.
- 7.62. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.
- 7.62.1. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

Reajuste

- 7.63. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, da data da proposta.
- 7.64. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.65. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.66. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.67. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.68. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.69. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.70. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.71. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.71.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.71.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.71.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.71.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.72. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Conta-Depósito Vinculada

7.73. Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.

7.74. O futuro Contratado deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.75. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.76. O Contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.77. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

7.77.1. 13º (décimo terceiro) salário;

7.77.2. Férias e um terço constitucional de férias;

7.77.3. Multa sobre o FGTS; e

7.77.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

7.78. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.79. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

7.80. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

7.81. O Contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitem acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

7.82. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

7.83. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

7.84. O Contratado deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.85. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES /MP n. 05/2017.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos, ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2. 3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

*8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,05% (cinco centésimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **20 (vinte) dias**.*

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento, ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

*8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação**.*

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. As peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. Os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.

9.3. Em se tratando de serviços contínuos executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valores iguais ou superiores aos orçados pela Administração para as seguintes parcelas, conforme estimativa baseada nos (Acordo Coletivo de Trabalho OU Convenção Coletiva de Trabalho OU Dissídio Coletivo), utilizado como paradigma:

- a) salário-base e adicionais no valor de R\$
- b) auxílio-alimentação, no valor de R\$; e
- c) benefícios de natureza trabalhista ou social que contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral, a saber:
 - i) no valor de R\$
 - ii) no valor de R\$

9.3.1. Não serão considerados custos unitários mínimos relevantes quaisquer valores previstos em Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo que não contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral;

9.3.2. Em caso de divergência entre os valores considerados no orçamento da Administração e os valores constantes da norma coletiva do licitante, a proposta deverá considerar o maior valor entre ambos;

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

- 9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

- 9.23.1. *Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; e*
- 9.23.2. *Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;*
- 9.24. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;
- 9.25. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 9.26. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.27. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.28. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo deste Termo de Referência, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:

9.28.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

9.28.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.30. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.30.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnico-Operacional

9.31. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso[A24] .

9.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.31.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de **2 (dois)** anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.31.1.2. contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo até 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;

9.31.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.31.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.31.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.31.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.32. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.33. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições gerais sobre habilitação

9.34. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.35. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.36. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.37. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.38. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.39. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.39.1. . A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.39.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.39.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.39.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.39.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.39.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.39.6.1. ata de fundação;

9.39.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.39.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.39.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.39.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.39.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.39.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 2.476.471,08 (dois milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, quatrocentos e setenta e um reais e oito centavos)**, conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 257049-0001;

II) Fonte de Recursos: 1001000000

III) Programa de Trabalho: 10.423.5022.20YP.0001

IV) Elemento de Despesa: 33.90.37;

V) Plano Interno:

11.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Referência para Obras e Serviços, exceto TIC – Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: DEZ/2025

AMARILDO BARROZO DE BRITO
DARCY LUCIANO DOS SANTOS
KATIA MARA DE ARAÚJO
Assinatura da Equipe de Planejamento responsável

13. ANEXO I

~~ANEXO I~~
~~Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato~~
~~(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024~~
~~[A2])~~

FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

~~O adjudicatário terá o prazo de contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato~~
~~..... [Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização] OU [constante neste Anexo], sob pena de decair do direito à contratação, sem~~
~~prejuízo das sanções previstas~~

14. ANEXO II

ANEXO II
TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital OU Aviso de Contratação Direta, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão/Concorrência /Dispensa Eletrônica nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

15. APROVAÇÃO MOTIVADA DO TERMO DE REFERÊNCIA

APROVAÇÃO MOTIVADA DO TERMO DE REFERÊNCIA

O Termo de Referência elaborado apresentado de forma conveniente e oportuna as especificações e as condições, para **contratação de serviços contínuos de condutor/piloto fluvial, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra**, gerenciado pelo Distrito Sanitário Especial Indígena Porto Velho e desempenhados nas Casas de Apoio à Saúde Indígena (CASAI), incluindo a gestão da equipe, substituições, fornecimento de insumos necessários, cumprimento das obrigações trabalhistas, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Diante do exposto acima, bem como, das justificativas apresentadas no ETP nº 81/2025, **APROVO ESTE TERMO DE REFERÊNCIA**, nos termos do art. 14, inciso II, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.

Maria das Graças Fontenele

Coordenadora Distrital de Saúde Indígena Substituta Eventual do DSEI/PVH

Autoridade competente

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARIA DAS GRACAS FONTENELE SILVA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 29/05/2026 às 12:39:05.

AMARILDO BARROZO DE BRITO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 29/05/2026 às 14:22:47.

DARCY LUCIANO DOS SANTOS COSTA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 29/05/2026 às 14:22:22.

KATIA MARA DE ARAUJO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 29/05/2026 às 16:28:09.

DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA - PORTO VELHO

Estudo Técnico Preliminar 81/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 25061.002090/2025-46

2. Descrição da necessidade**Contratação de serviços de condutor/piloto fluvial para atender as demandas do DSEI Porto Velho.**

2.1. A necessidade consiste na **contratação de serviços de condutor/piloto fluvial** para a condução segura e adequada de embarcações utilizadas no transporte fluvial de profissionais de saúde, pacientes, insumos, medicamentos e equipamentos médicos, visando ao atendimento das demandas do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Porto Velho. O referido DSEI abrange extensa área geográfica, contemplando aldeias indígenas localizadas em regiões de difícil acesso, distribuídas por 18 municípios nos estados de Rondônia, Amazonas e Mato Grosso, nas quais o acesso fluvial constitui, em grande parte, o único meio viável de deslocamento.

2.2. A maioria das aldeias atendidas pelo DSEI Porto Velho não dispõe de infraestrutura viária ou aérea, sobretudo nas áreas mais remotas, tornando imprescindível a atuação de condutores/pilotos fluviais qualificados, com conhecimento técnico e prático das rotas, dos rios e das condições naturais da região amazônica. A adequada condução das embarcações é fator determinante para garantir a segurança da navegação, a integridade das equipes de saúde, dos pacientes transportados e dos insumos sensíveis, bem como a regularidade das ações de saúde destinadas a uma população estimada em 12.095 indígenas, distribuída em 217 aldeias.

2.3. A justificativa para a contratação desses serviços fundamenta-se na complexidade geográfica e logística do território amazônico, onde a navegação fluvial exige habilidades específicas, experiência comprovada e conhecimento das variações sazonais dos rios, especialmente nos períodos de cheia e seca. A atuação contínua de condutores/pilotos fluviais é essencial para assegurar a execução das ações de saúde previstas na Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI), garantindo que os princípios da universalidade, integralidade e equidade do Sistema Único de Saúde (SUS) sejam efetivamente observados nas áreas indígenas.

2.4. O problema a ser enfrentado refere-se às limitações operacionais decorrentes da ausência ou insuficiência de profissionais habilitados para a condução das embarcações, comprometendo o acesso regular às comunidades indígenas, a continuidade do atendimento médico, odontológico e das ações de vigilância em saúde. A falta desses serviços impacta diretamente o transporte oportuno de insumos críticos, como vacinas e medicamentos, bem como a remoção de pacientes em situações de urgência e emergência, aumentando a vulnerabilidade das comunidades indígenas.

2.5. A contratação de serviços de condutor/piloto fluvial proporcionará impactos positivos significativos, ao viabilizar o deslocamento regular e seguro das Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI), assegurar o transporte adequado de insumos e medicamentos e permitir respostas mais ágeis em situações emergenciais. Tal medida contribui para a melhoria dos indicadores de saúde, para a redução de riscos evitáveis e para o fortalecimento da assistência integral às populações indígenas atendidas pelo DSEI Porto Velho.

2.6. Sob a ótica do interesse público, a contratação desses serviços representa instrumento essencial para a efetivação do direito constitucional à saúde das populações indígenas, promovendo equidade no acesso aos serviços públicos e superando as barreiras impostas pela geografia regional. A medida está alinhada aos princípios da administração pública e às diretrizes da Lei nº 14.133/2021, ao assegurar a continuidade de serviços essenciais e a adequada execução das políticas públicas de saúde em territórios de difícil acesso.

2.7. A contratação pretendida é imprescindível, tendo em vista que o DSEI/PVH, não dispõe em seu quadro funcional, servidor com essa categoria profissional para atender a demanda da instituição, polos-base e Casais. A quantidade de condutor/piloto fluvial que se pretende contratar, tem como base a necessidade reais de cada localidade.

2.8. Diante do exposto, mostra-se imprescindível a contratação contínua e eficiente de **serviços de condutor/piloto fluvial** para o DSEI Porto Velho, como condição necessária para garantir a prestação ininterrupta e segura dos serviços de saúde, independentemente das condições sazonais e da complexidade logística da região amazônica, assegurando a qualidade da assistência e o cumprimento dos deveres constitucionais do Estado brasileiro.

Caracterização do Objeto como Serviço Comum.

2.9. O objeto da presente contratação, consistente na prestação de serviços contínuos de Condutor/Piloto Fluvial, com dedicação exclusiva de mão de obra, enquadra-se como **serviço comum**, nos termos do **art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021**, por se tratar de serviço cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no instrumento convocatório, com base em especificações usuais de mercado.

2.10. As atividades a serem executadas compreendem a condução de embarcações fluviais, observadas as exigências legais de habilitação junto à Autoridade Marítima, o cumprimento das normas de segurança da navegação, das rotas e escalas estabelecidas pela Administração, bem como das obrigações trabalhistas e operacionais pertinentes. Tais requisitos são claros, mensuráveis e passíveis de fiscalização objetiva, não demandando solução técnica singular ou desenvolvimento intelectual específico.

2.11. O objeto não envolve inovação tecnológica, elaboração de projetos, atividades de natureza predominantemente intelectual ou elevado grau de complexidade técnica, limitando-se à **disponibilização de mão de obra qualificada**, com atribuições padronizadas e execução previsível, características compatíveis com a definição legal de serviço comum.

2.12. Dessa forma, considerando o disposto no **inciso XIII, do art. 6º, e inciso I, do art. 28, da Lei nº 14.133/2021**, conclui-se pela **adequação jurídica da adoção do Pregão, na forma eletrônica**, com julgamento pelo **menor preço**, em observância aos princípios da legalidade, isonomia, competitividade, eficiência e economicidade.

Alteração do Quantitativo

2.13. A nova contratação prevê a ampliação do quantitativo de condutores/pilotos fluviais de 22 para 31 profissionais, representando um acréscimo de 9 postos, justificado pela expansão territorial das ações do DSEI Porto Velho, pelo aumento da demanda assistencial e pela necessidade de garantir cobertura contínua e segura das rotas fluviais.

2.14. Destaca-se, ainda:

- **Reforço nos polos já existentes** (AFO, GM e AM), em razão do aumento do número de deslocamentos fluviais, da intensificação das ações das Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI) e da necessidade de mitigar riscos operacionais decorrentes de afastamentos, férias e condições climáticas adversas;
- **Inclusão do polo JI-PA**, inexistente no contrato anterior, evidenciando a ampliação da área de atuação e a necessidade de atendimento regular a novas rotas fluviais;
- **Manutenção do quantitativo em Porto Velho (PVH)**, compatível com a demanda atual e a função estratégica do polo como base logística.

2.15. A redefinição do quantitativo visa assegurar a **continuidade dos serviços essenciais de saúde**, reduzir riscos de desassistência às comunidades indígenas e garantir maior eficiência, segurança e regularidade na execução do transporte fluvial, em conformidade com os princípios do SUS e com a Lei nº 14.133/2021.

2.16. A ampliação do quantitativo de postos de **condutores/pilotos fluviais de 22 para 31 profissionais** decorre da necessidade de adequação da capacidade operacional do DSEI Porto Velho diante da ampliação das rotas assistenciais, da expansão do número de localidades atendidas e do aumento do volume de deslocamentos realizados pelas equipes de saúde indígena.

2.17. O território de abrangência do DSEI Porto Velho apresenta elevada complexidade logística, com comunidades indígenas distribuídas em extensa área geográfica nos estados de Rondônia, Amazonas e Mato Grosso, sendo o **transporte fluvial o principal meio de acesso às aldeias**. As missões assistenciais realizadas pelas **Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI)**, equipes de saúde bucal, equipes de vigilância em saúde e ações logísticas de abastecimento exigem deslocamentos frequentes entre polos-base, aldeias e Casas de Apoio à Saúde Indígena (CASA), resultando em significativa carga operacional de navegação.

2.18. O dimensionamento do quantitativo proposto considerou a necessidade de garantir **disponibilidade operacional contínua de embarcações**, observando fatores como:

- (i) ampliação do número de rotas fluviais atendidas;
- (ii) maior frequência de deslocamentos para execução de ações assistenciais, campanhas de vacinação, remoções de pacientes e transporte de insumos;
- (iii) necessidade de manutenção de **escala de revezamento dos profissionais**, em razão das longas permanências das equipes em área e das distâncias percorridas nas missões fluviais; e
- (iv) a necessidade de cobertura operacional simultânea em diferentes polos logísticos do Distrito.

2.19. Além disso, deve-se considerar que as operações fluviais na região amazônica estão sujeitas a **variações sazonais dos rios**, períodos de cheia e estiagem, limitações de navegabilidade, bem como a longos tempos de deslocamento entre as bases operacionais e as aldeias atendidas. Esses fatores impactam diretamente o tempo efetivo de utilização das embarcações e exigem a disponibilidade de profissionais habilitados para garantir a continuidade das atividades, evitando interrupções nas ações de saúde indígena.

2.20. Nesse contexto, o aumento do quantitativo de condutores/pilotos fluviais visa **equilibrar a capacidade operacional da frota fluvial com a demanda assistencial existente**, assegurando a adequada condução das embarcações, o deslocamento seguro das equipes de saúde, o transporte oportuno de pacientes e insumos e a execução regular das atividades programadas pelo DSEI Porto Velho. A ampliação proposta também permite maior eficiência na organização das escalas de trabalho, reduzindo riscos operacionais e garantindo maior previsibilidade logística para as ações de saúde nas áreas indígenas.

2.21. Dessa forma, a expansão de **22 para 31 postos de trabalho** mostra-se compatível com a necessidade de fortalecimento da logística fluvial do Distrito, representando medida necessária para assegurar a continuidade, regularidade e segurança das operações fluviais que sustentam a prestação de serviços de saúde às comunidades indígenas atendidas.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SELOG/DSEI/PVH	Helena da Silva Rocha Sete

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A contratação deverá garantir a disponibilização de **profissionais qualificados para o exercício da função de Condutor/Piloto Fluvial**, responsáveis pela condução segura de embarcações utilizadas no transporte de profissionais de saúde, pacientes, insumos, medicamentos e equipamentos médicos no âmbito do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Porto Velho.

4.1.1. Os profissionais deverão possuir habilitação compatível com a navegação fluvial, experiência comprovada na condução de embarcações em rios amazônicos e conhecimento das rotas, hidrografia local, regimes de cheia e vazante, bem como das normas de segurança da navegação. Deverão, ainda, apresentar capacidade técnica para atuar em ambientes de difícil acesso, respeitando as especificidades culturais, sociais e ambientais das comunidades indígenas atendidas.

4.2. Capacidade Técnica e Operacional da Contratada:

4.2.1. A empresa contratada deverá comprovar capacidade técnica e operacional por meio de atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem experiência anterior na prestação de serviços de condução/pilotagem fluvial, em quantidade e complexidade compatíveis com o objeto da contratação.

4.2.2. A contratada deverá manter estrutura administrativa apta à gestão da mão de obra fluvial, supervisão operacional, atendimento à fiscalização contratual e fornecimento tempestivo de informações, escalas e relatórios sempre que solicitado pela Administração.

4.3. Execução dos Serviços e Substituições:

4.3.1. Os serviços deverão ser executados de forma **contínua**, com alocação dos condutores/pilotos fluviais conforme as rotas, polos e localidades indicadas pelo DSEI Porto Velho, respeitando as escalas e jornadas definidas pela Administração.

4.3.2. A contratada deverá assegurar que todos os postos estejam devidamente preenchidos, sendo obrigatória a substituição imediata de profissional ausente, afastado, licenciado ou cuja atuação se revele incompatível com as atribuições da função. A substituição temporária deverá ocorrer no prazo máximo de 4 (quatro) horas após a solicitação da Administração, não sendo admitido que o posto permaneça desguarnecido. A substituição definitiva deverá ser efetivada no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas.

4.3.3. O controle de frequência e jornada deverá ser realizado por meio de sistema que melhor se enquadre aos serviços, assegurando a rastreabilidade e a efetiva prestação dos serviços.

4.4. Uniformes, Identificação e Equipamentos de Segurança:

4.4.1. A contratada será responsável pelo fornecimento de **uniformes, crachás de identificação e equipamentos de proteção individual (EPIs)** adequados à atividade fluvial, incluindo, quando aplicável, coletes salva-vidas, botas, capas de chuva e demais itens exigidos pelas normas de segurança da navegação, sem qualquer ônus adicional à Administração.

4.5. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Fiscais:

4.5.1. Compete exclusivamente à contratada o cumprimento integral das obrigações trabalhistas, previdenciárias, securitárias e fiscais relativas aos empregados vinculados ao contrato, incluindo salários, benefícios, adicionais legais, FGTS, INSS, férias, 13º salário e demais encargos.

4.5.2. A contratada deverá apresentar, sempre que solicitado, comprovantes de adimplemento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, para fins de fiscalização contratual.

4.6. Habilitação Jurídica, Fiscal e Econômico-Financeira:

4.6.1. Para fins de habilitação, a empresa deverá comprovar regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira compatível com o valor estimado da contratação, além das certidões legalmente exigidas, bem como declaração de cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho e do disposto no art. 5º-A da Lei nº 13.429/2017.

4.7. Preposto ou Supervisor Operacional:

4.7.1. A contratada deverá manter **preposto ou supervisor operacional**, responsável pela coordenação direta dos condutores /pilotos fluviais, gestão de escalas, substituições, comunicação com a fiscalização do contrato e solução de demandas operacionais relacionadas à execução dos serviços.

4.8. Vedação ao Desvio de Função:

4.8.1. É vedado que os profissionais contratados exerçam atividades diversas daquelas inerentes à função de **Condutor/Piloto Fluvial**, sob pena de responsabilização administrativa e trabalhista da contratada, nos termos do §1º do art. 5º-A da Lei nº 13.429 /2017.

4.9. Controle Operacional e Relatórios:

4.9. A contratada deverá manter mecanismos eficazes de controle de pessoal e de execução dos serviços, incluindo registros de jornadas, ausências, substituições e ocorrências relevantes, devendo apresentar relatórios sempre que solicitado pela Administração.

4.10. Princípios da Execução:

4.10. Os serviços deverão ser executados observando os princípios da **eficiência, continuidade do serviço público, segurança da navegação, economicidade e respeito às especificidades da saúde indígena**, assegurando suporte adequado às atividades essenciais do DSEI Porto Velho.

4.11. Requisitos de Qualificação da Mão de Obra – Condutor/Piloto Fluvial:

4.11.1. Requisitos Mínimos - Os profissionais deverão atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

- Ensino fundamental completo;
- Carteira de habilitação fluvial ou documentação equivalente exigida pela Autoridade Marítima;
- Experiência comprovada na condução de embarcações fluviais, preferencialmente em rios amazônicos;
- Conhecimento básico das normas de segurança da navegação e de primeiros socorros;
- Capacidade física compatível com a função;
- Conduta compatível com o ambiente de atuação junto às comunidades indígenas.

4.11.2. Condutas Esperadas:

- Cumprimento das normas internas do DSEI Porto Velho;
- Ética profissional, urbanidade e responsabilidade;
- Respeito à diversidade cultural e às especificidades dos povos indígenas;
- Zelo pela segurança dos passageiros, das embarcações e das cargas transportadas;
- Sigilo e discrição no exercício das atividades.

4.12. Formalização do Vínculo Empregatício:

4.12.1. A contratada deverá comprovar que todos os condutores/pilotos fluviais possuem vínculo formal de trabalho, mediante apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) devidamente assinada, com jornada compatível com a carga horária prevista no contrato.

4.13. Requisitos Legais, Segurança do Trabalho e Sustentabilidade:

4.13.1. A execução dos serviços deverá observar integralmente a legislação trabalhista, a Lei nº 14.133/2021, as normas da Autoridade Marítima, as Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho e as diretrizes de sustentabilidade aplicáveis, inclusive quanto à proteção ambiental e ao uso responsável dos recursos naturais.

4.14. Práticas Sustentáveis Aplicáveis à Contratação

4.14.1. A presente contratação observa as diretrizes estabelecidas no **Guia Nacional de Licitações Sustentáveis**, da Advocacia-Geral da União (AGU), bem como os princípios da sustentabilidade ambiental, social e econômica previstos na **Lei nº 14.133/2021** e no **Decreto nº 7.746/2012**, considerando as particularidades da prestação de serviços de condutor/piloto fluvial em áreas de sensibilidade ambiental, como a região amazônica.

4.14.2. Embora o objeto não se enquadre, de forma direta, nas atividades listadas no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13 /2021, a contratada deverá adotar **boas práticas ambientais e sociais**, de modo a minimizar impactos ambientais e promover a execução responsável dos serviços.

4.15. Sustentabilidade Ambiental

A contratada deverá:

- a) Observar rigorosamente as normas ambientais vigentes, especialmente aquelas relacionadas à **proteção dos recursos hídricos**, à prevenção da poluição e à navegação sustentável em rios amazônicos;
- b) Orientar seus empregados quanto à **proibição de descarte de resíduos sólidos, líquidos ou oleosos nos corpos d'água**, adotando procedimentos adequados de acondicionamento e destinação ambientalmente correta de resíduos eventualmente gerados durante a execução dos serviços;
- c) Incentivar práticas que reduzam o consumo de recursos naturais, tais como o **uso racional de combustíveis**, a condução eficiente das embarcações e a redução de emissões decorrentes de manobras inadequadas ou desnecessárias;
- d) Priorizar, sempre que tecnicamente viável, a utilização de **materiais reutilizáveis ou recicláveis**, bem como a substituição de insumos potencialmente poluentes por alternativas de menor impacto ambiental;
- e) Promover a **capacitação periódica dos condutores/pilotos fluviais** sobre boas práticas ambientais, navegação responsável, prevenção de acidentes ambientais e respeito às áreas de preservação permanente e territórios indígenas.

4.16. Sustentabilidade Social e Cultural

A contratada deverá:

- a) Assegurar condições de trabalho dignas, seguras e compatíveis com a legislação trabalhista e de segurança do trabalho, promovendo a valorização profissional e a redução de riscos ocupacionais;
- b) Orientar os profissionais quanto ao **respeito às especificidades culturais, sociais e territoriais dos povos indígenas**, garantindo conduta ética, não discriminatória e compatível com o contexto local;
- c) Priorizar, sempre que possível, a **contratação de mão de obra local**, desde que atendidos os requisitos técnicos exigidos, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico das regiões atendidas;
- d) Coibir qualquer prática que possa configurar violação de direitos humanos, trabalho infantil, trabalho análogo ao escravo ou discriminação de qualquer natureza.

4.17. Sustentabilidade Econômica e Eficiência Operacional

A contratada deverá adotar práticas de gestão que promovam:

- a) A **eficiência operacional da navegação fluvial**, reduzindo retrabalhos, deslocamentos desnecessários e consumo excessivo de recursos;
- b) A adequada **organização das escalas e rotas**, de forma a otimizar o uso das embarcações e dos profissionais, sem prejuízo da qualidade e da segurança dos serviços prestados;
- c) A prevenção de desperdícios e a mitigação de riscos operacionais que possam gerar custos adicionais à Administração ou impactos negativos à prestação do serviço público.

4.18. Fiscalização e Responsabilização

4.18.1. O cumprimento das práticas sustentáveis previstas neste ETP e Termo de Referência será acompanhado pela fiscalização do contrato, podendo o descumprimento ensejar a aplicação das penalidades cabíveis, nos termos da **Lei nº 14.133/2021**, sem prejuízo das demais responsabilidades administrativas, civis e ambientais.

4.19. Responsabilidade direta do condutor/piloto.

4.19.1. A execução dos serviços de Condutor/Piloto Fluvial deverá observar rigorosamente as normas de segurança da navegação, as orientações da Administração e as boas práticas de condução fluvial, sendo **de responsabilidade direta do condutor/piloto** o uso adequado das embarcações colocadas à disposição do serviço. Eventuais **danos materiais, avarias, prejuízos operacionais ou riscos decorrentes de mau uso, negligência, imprudência ou imperícia**, devidamente apurados em processo administrativo, **serão atribuídos ao profissional responsável**, sem prejuízo da responsabilização da empresa contratada, nos termos da legislação vigente e das cláusulas contratuais aplicáveis.

4.19.2. O condutor/piloto fluvial deverá zelar pela integridade, conservação e correto funcionamento da embarcação durante toda a execução do serviço, comunicando imediatamente à Administração e à contratada qualquer irregularidade, falha mecânica, sinistro ou situação que comprometa a segurança da navegação, ficando vedada a utilização do equipamento em condições inadequadas ou fora das orientações técnicas e operacionais estabelecidas.

5. Levantamento de Mercado

5.1. O levantamento de mercado teve por objetivo identificar as alternativas disponíveis para atendimento da necessidade administrativa relacionada à condução de embarcações utilizadas no transporte fluvial de profissionais de saúde, pacientes, insumos, medicamentos e equipamentos médicos no âmbito do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Porto Velho.

5.2. Considerando as características geográficas da região de abrangência do DSEI Porto Velho, composta por extensas áreas de difícil acesso e com forte dependência da navegação fluvial para deslocamento entre as aldeias indígenas e as unidades de apoio, verificou-se que o mercado dispõe de empresas especializadas na **prestação de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra**, capazes de fornecer profissionais habilitados para a função de **condutor/piloto fluvial**, em conformidade com as exigências legais e normativas aplicáveis à navegação interior.

5.3. No processo de análise das alternativas disponíveis, foram consideradas as seguintes possibilidades de atendimento da demanda:

a) Execução direta pela Administração Pública:

Essa alternativa mostrou-se inviável, tendo em vista a inexistência de cargos efetivos suficientes no quadro de pessoal do órgão para o desempenho da função de condutor/piloto fluvial, bem como as restrições legais e administrativas relacionadas à criação e provimento de novos cargos públicos.

b) Contratação de serviços eventuais ou por demanda:

Tal alternativa foi considerada inadequada, uma vez que as atividades de condução fluvial no âmbito do DSEI Porto Velho possuem caráter **contínuo e permanente**, sendo indispensáveis para garantir o deslocamento regular das equipes de saúde e a execução das ações assistenciais nas aldeias indígenas.

c) Contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra

5.4. Essa alternativa mostrou-se **a mais adequada e viável**, pois permite a disponibilização de profissionais qualificados de forma contínua, garantindo a regularidade operacional das atividades fluviais, a substituição de empregados quando necessário, o cumprimento das obrigações trabalhistas e a adequada gestão da mão de obra, nos termos da legislação vigente.

5.5. Além disso, a terceirização desses serviços possibilita maior eficiência administrativa, melhor gestão dos recursos públicos e maior flexibilidade operacional, especialmente diante das particularidades logísticas da região amazônica, onde a navegação fluvial exige conhecimento técnico específico e experiência comprovada.

5.6. Dessa forma, após análise das alternativas existentes no mercado, conclui-se que a **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de condutor/piloto fluvial, com dedicação exclusiva de mão de obra**, representa a solução mais eficiente, segura e adequada para atender às necessidades operacionais do DSEI Porto Velho, assegurando a continuidade das ações de saúde indígena nas localidades atendidas.

5.7. Para subsidiar a definição de quantidade e do valor estimado e verificar a existência de fornecedores aptos à execução dos serviços, o DSEI Porto Velho realizou levantamento de mercado utilizando múltiplas fontes de consulta, conforme estabelece a Lei nº 14.133/2021

e a IN SEGES/MPDG nº 65/2021. As fontes utilizadas foram: (i) cotação eletrônica registrada no sistema Compras.gov; (ii) análise de contratos vigentes em outros DSEIs com objeto semelhante; Atas publicadas no PNCP e (iv) planilha de composição de custos elaborada pelo próprio DSEI Porto Velho, conforme Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) e parâmetros da IN SEGES/ME nº 5/2017.

5.8. No sistema Compras.gov, verificou-se cotação formaliza referente à prestação de serviços de condutor/piloto fluvial, com três propostas válidas. Os valores consolidados para o item analisado foram: menor preço mensais de R\$ 177.748,02, média de R\$ 232.881,20 e mediana de R\$ 196.913,00, conforme relatório emitido pelo sistema.

5.9. Foram analisados ainda contratos vigentes de outros Distritos Sanitários Especiais Indígenas, cuja estrutura contratual e valores servem como referência de mercado para o presente objeto. Destacam-se:

a) Contrato nº 3/2025 - DSEI Médio Rio Purus, contendo postos de Marinheiro Fluvial de Convés e Piloto Fluvial no âmbito da SESAI, no valor atualizado definido mensal de R\$ 177.748,02, perfazendo o valor anual de R\$ 2.132.976,23, constando na contratação do posto autorizado pela SESAI.

b) Contrato nº 01/2020 – DSEI PVH, contendo postos de Condutor Fluvial e Condutor Maq. Mot. FLV, com valor mensal da contratação é de R\$ 119.806,33, perfazendo o valor anual de R\$ 1.437.675,96, constando na contratação do posto autorizado pela SESAI.

c) Contrato nº 27/2021 – DSEI Manaus, contendo postos de Marinheiro Fluvial de Convés, com valor mensal da contratação é de R\$ 214.762,36, perfazendo o valor anual de R\$ 2.577.148,32, constando na contratação do posto autorizado pela SESAI.

d) Contrato nº 4/2022 – DSEI Tapajós, contendo postos de Barqueiro I, com valor mensal da contratação é de R\$ 52.487,15, perfazendo o valor anual de R\$ 629.845,80, constando na contratação do posto autorizado pela SESAI.

e) Contrato nº 2/2022 – DSEI Tapajós, contendo postos de Barqueiro I, com valor mensal da contratação é de R\$ 183.002,72, perfazendo o valor anual de R\$ 2.196.032,77, constando na contratação do posto autorizado pela SESAI.

5.10. O levantamento permitiu identificar a existência de fornecedores habilitados e aptos à prestação dos serviços, demonstrando ampla competitividade, coerência dos valores apresentados e compatibilidade com contratações de serviços continuados de condutor/piloto fluvial. Essa constatação reforça que a solução adotada é amplamente praticada na Administração Pública Federal, especialmente em unidades da SESAI, onde serviços dessa natureza são essenciais à continuidade das atividades.

5.11. Além das pesquisas externas, o DSEI Porto Velho elaborou Planilha de Formação de Preços própria, em conformidade com a Convenção Coletiva de Trabalho aplicável, a IN SEGES/ME nº 5/2017 e os parâmetros legais de encargos sociais, benefícios obrigatórios, insumos, materiais e custos indiretos.

5.11.1. Com base na planilha consolidada, o DSEI Porto Velho alcançou valor estimado anual de **R\$ 2.476.471,08**, referente à contratação de 31 postos, para atendimento às demandas da sede do DSEI e das CASAI localizadas em Porto Velho/RO, Alta Floresta/RO, Guajará-Mirim/RO, Ji-Paraná/RO e Humaitá/AM:

5.11.2. Distribuídos da seguinte forma:

Item	Catser	Serviços com dedicação exclusiva de mão de obra de condutor/piloto fluvial/Localidade	CBO	Qtd
1	18007	Condutor Fluvial PVH/RO	3413-05	1
2	18007	Condutor Fluvial Alta-Flo/RO	3413-05	6
3	18007	Condutor Fluvial G-Mirim/RO	3413-05	17
4	18007	Condutor Fluvial Ji-Pa/RO	3413-05	2
5	18007	Piloto Fluvial Humaitá/AM	3413-05	5
Quantidade total de Condutor/Pilotos				31

5.12. O valor estimado resultante da planilha, demonstra plena alinhamento com os preços obtidos no levantamento externo (Contratos de referência e Compras.gov), confirmando a coerência metodológica e a adequação da composição de custos utilizada para subsidiar o processo licitatório.

5.13. Dessa forma, o levantamento de mercado confirma:

- a existência de número suficiente de fornecedores habilitados;
- a prática consolidada e competitiva dos serviços;
- a compatibilidade dos valores estimados com o mercado local e nacional;
- que a contratação é viável, segura e atende plenamente aos princípios da economicidade, eficiência e competitividade.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução como um todo consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços terceirizados de condutor/piloto fluvial, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, abrangendo 31 postos distribuídos entre as unidades da CASAI. A solução adotada foi definida a partir da análise da necessidade institucional (Item 2 deste ETP) e do levantamento de mercado (Item 5 deste ETP), que demonstraram a plena disponibilidade de fornecedores e a adequação técnica, econômica e operacional da execução indireta. A seleção do fornecedor ocorrerá por meio de Pregão Eletrônico, tipo menor preço global, conforme a Lei nº 14.133/2021.

6.2. Os serviços serão executados nas dependências da Sede do DSEI Porto Velho, bem como nas CASAI situadas em Porto Velho/RO, Alta Floresta/RO, Guajará-Mirim/RO, Ji-Paraná/RO, e Humaitá/AM. A alocação dos profissionais atenderá às necessidades operacionais de cada setor, podendo haver redistribuição interna, desde que preservada a quantidade total de postos contratados.

6.3. A execução dos serviços terá vigência inicial de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogada, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração. O início da prestação dos serviços dar-se-á imediatamente após o encerramento do Contrato nº 01/2020, de forma a assegurar a continuidade ininterrupta das atividades essenciais. Os valores estimados da contratação foram definidos com base na Convenção Coletiva de Trabalho vigente da categoria, bem como nas estimativas elaboradas pelo DSEI Porto Velho, observadas as condições praticadas no mercado.

6.4. A execução ocorrerá sob o regime de empreitada por preço global, sendo o pagamento mensal condicionado à efetiva prestação dos serviços, controle de frequência, cumprimento das obrigações trabalhistas e manutenção da equipe completa. A contratada deverá realizar substituições imediatas em até 4 horas, e substituições definitivas em até 72 horas, mantendo o posto coberto durante todo o período.

6.5. Todos os profissionais serão empregados da empresa contratada, não mantendo vínculo direto com a Administração Pública. Compete exclusivamente à contratada: gestão da equipe, controle de frequência, substituições, treinamento de integração, fornecimento de uniformes/EPIs quando aplicáveis, manutenção da regularidade fiscal e trabalhista e atendimento permanente às solicitações da gestão e fiscalização contratual do DSEI. A contratada deverá cumprir integralmente as Normas Regulamentadoras de SST, especialmente a NR-1, mantendo atualizados os registros trabalhistas e de capacitação.

Integração das Atividades Atendidas pela Solução:

6.6. A contratação possibilitará a disponibilização de mão de obra especializada de condutores/pilotos fluviais, destinada a atuar diretamente nas atividades essenciais de transporte fluvial no âmbito do DSEI Porto Velho, compreendendo a condução segura de embarcações empregadas no deslocamento de Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI), pacientes, insumos, medicamentos, equipamentos médicos e demais materiais necessários à execução das ações de saúde indígena, entre os polos-base, aldeias indígenas e demais localidades de difícil acesso.

6.7. A adequada distribuição desses profissionais entre os polos de **Porto Velho (PVH), Alto Floresta d'Oeste (AFO), Guajará-Mirim (GM), Ji-Paraná (JIPA) e Humaitá (HM)** permitirá ao DSEI Porto Velho manter a regularidade, a segurança e a continuidade das rotas fluviais, assegurando o atendimento oportuno às comunidades indígenas e evitando interrupções nas ações assistenciais em razão de limitações logísticas ou de pessoal.

Justificativa da Adequação da Solução

6.8. A solução adotada mostra-se adequada e eficiente para atender às demandas operacionais do DSEI Porto Velho, ao garantir a continuidade do transporte fluvial, a mitigação de riscos associados à navegação em rios amazônicos e a disponibilidade permanente de profissionais qualificados, especialmente em contextos de variações sazonais dos rios e de aumento da demanda assistencial.

6.9. Ademais, trata-se de solução consolidada na Administração Pública e amplamente adotada pelos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, conforme evidenciado no levantamento de mercado, demonstrando sua viabilidade técnica, operacional e econômica. A contratação de empresa especializada possibilita maior agilidade na reposição de profissionais, padronização dos procedimentos de navegação e segurança, redução de riscos de descontinuidade dos serviços e melhor controle da execução contratual, em consonância com os princípios da legalidade, economicidade, eficiência e continuidade do serviço público.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A estimativa das quantidades necessárias decorre da **análise minuciosa das demandas de deslocamento fluvial** do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Porto Velho, da extensão territorial da área atendida, da dispersão geográfica das aldeias indígenas e da **necessidade de garantir a continuidade, regularidade e segurança da navegação fluvial** utilizada no suporte às ações de saúde indígena.

7.2. O DSEI Porto Velho atua em áreas onde o **transporte fluvial constitui, em muitos casos, o único meio de acesso**, exigindo a disponibilidade permanente de **condutores/pilotos fluviais habilitados**, com conhecimento técnico das rotas, sazonalidade dos rios e

condições ambientais da região amazônica. Soma-se a isso a inexistência de quadro próprio de servidores efetivos suficientes para o desempenho dessas atividades, o que torna imprescindível a contratação de mão de obra especializada.

7.3. A contratação prevê o total de **31 (trinta e um) postos de Condutor/Piloto Fluvial**, distribuídos conforme polos operacionais e localidades atendidas, de modo a assegurar cobertura adequada das rotas, atendimento às equipes de saúde, transporte de pacientes, insumos e apoio a situações emergenciais.

Item	Catser	Serviços com dedicação exclusiva de mão de obra de condutor/piloto fluvial/Localidade	CBO	Qtd
1	18007	Condutor Fluvial PVH/RO	3413-05	1
2	18007	Condutor Fluvial Alta-Flo/RO	3413-05	6
3	18007	Condutor Fluvial G-Mirim/RO	3413-05	17
4	18007	Condutor Fluvial Ji-Pa/RO	3413-05	2
5	18007	Piloto Fluvial Humaitá/AM	3413-05	5
Quantidade total de Condutor/Pilotos				31

7.2. Fundamentação Técnica do Dimensionamento

7.2.1. O quantitativo definido reflete a **necessidade real de operação fluvial do DSEI Porto Velho**, considerando, entre outros fatores:

- O elevado número de aldeias indígenas atendidas e a **dependência exclusiva do modal fluvial** para acesso às comunidades;
- A descentralização geográfica dos polos base e a necessidade de atendimento simultâneo em diferentes rotas e municípios;
- A frequência de deslocamentos das **Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI)**, incluindo ações assistenciais, campanhas de imunização, vigilância em saúde e remoção de pacientes;
- A sazonalidade dos rios amazônicos (cheia e vazante), que exige **revezamento de profissionais**, ampliação de jornadas operacionais e maior complexidade na navegação;
- A necessidade de cobertura para **afastamentos legais**, férias, licenças e substituições imediatas, evitando a interrupção dos serviços;
- A exigência de garantir **segurança da navegação**, continuidade das ações de saúde e redução de riscos operacionais e assistenciais.

7.4. Justificativa por Polo/Localidade

7.4.1. A distribuição do quantitativo por localidade considera o **volume de rotas fluviais**, a extensão territorial, o número de aldeias atendidas e a intensidade das ações de saúde desenvolvidas em cada polo:

- **Porto Velho/RO (1 posto):** Polo estratégico e base logística do DSEI, responsável por articulação institucional e apoio operacional às demais localidades;
- **Alta Floresta/RO (6 postos):** Atendimento a comunidades de difícil acesso, com necessidade de deslocamentos frequentes e cobertura regular das rotas;
- **Guajará-Mirim/RO (17 postos):** Polo com maior extensão territorial e concentração de aldeias, demandando maior quantitativo de condutores para garantir atendimento contínuo;
- **Ji-Paraná/RO (2 postos):** Inclusão de nova área operacional, inexistente em contratos anteriores, exigindo estrutura mínima permanente de navegação;
- **Humaitá/AM (5 postos):** Atendimento intermunicipal e interestadual, com rotas extensas e elevada demanda assistencial.

7.5. Conclusão do Dimensionamento

7.5.1. O dimensionamento proposto assegura **distribuição adequada da força de trabalho fluvial**, compatível com a complexidade logística da região amazônica, garantindo a continuidade dos serviços essenciais de saúde indígena, a segurança da navegação e a eficiência operacional do DSEI Porto Velho.

7.5.2. O quantitativo foi definido de forma **proporcional, fundamentada e alinhada às necessidades permanentes do órgão**, em observância aos princípios da eficiência, continuidade do serviço público e ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.476.471,08

8.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 2.476.471,08** (Dois milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, quatrocentos e setenta e um reais e oito centavos.).

8.2. A definição do preço de referência da contratação teve como base a Planilha de Custos e Formação de Preços.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Nos termos do art. 23, §1º, da Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública deve avaliar a possibilidade de parcelamento do objeto da contratação, sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com o objetivo de ampliar a competitividade, sem prejuízo da eficiência, da padronização e da qualidade da execução contratual.

9.2. No caso da presente contratação, cujo objeto consiste na **prestação de serviços contínuos de Condutor/Piloto Fluvial, com dedicação exclusiva de mão de obra**, destinados a atender as demandas operacionais do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Porto Velho, foi realizada análise técnica quanto à viabilidade do parcelamento da solução.

9.3. Análise da Possibilidade de Parcelamento

9.3.1. A solução poderia, em tese, ser parcelada por **localidade ou polo operacional**. Contudo, tal alternativa mostrou-se **tecnicamente desaconselhável**, considerando as seguintes razões:

- A necessidade de **padronização dos procedimentos operacionais**, das rotinas de segurança da navegação, das escalas de trabalho e dos critérios de substituição dos profissionais;
- A exigência de **coordenação integrada das rotas fluviais**, com realocação dinâmica de profissionais conforme sazonalidade dos rios, emergências em saúde e demandas assistenciais;
- O aumento significativo da complexidade administrativa e do custo de fiscalização contratual, caso houvesse múltiplos contratos simultâneos;
- O risco de **fragmentação da responsabilidade operacional**, especialmente em situações de urgência e emergência, que demandam resposta rápida e integrada;
- A possibilidade de descontinuidade do serviço em determinadas localidades, caso haja inadimplência, rescisão ou falha operacional de um dos contratados.

9.4. Vantagens da Contratação Não Parcelada.

9.4.1. A opção pela **contratação não parcelada**, mediante **um único contrato**, apresenta vantagens técnicas, operacionais e econômicas relevantes, dentre as quais se destacam:

- Maior **eficiência na gestão e supervisão da mão de obra**, com centralização das escalas, substituições e controles operacionais;
- Redução de riscos assistenciais e logísticos, garantindo **continuidade e regularidade do serviço fluvial**;
- Melhor aproveitamento dos recursos públicos, com **economias de escala** na administração do contrato;
- Facilidade na fiscalização, no acompanhamento da execução e na aplicação de penalidades, quando cabíveis;
- Maior segurança jurídica e operacional para a Administração.

9.5. Competitividade do Mercado

9.5.1. Ressalte-se que a decisão de não parcelar o objeto **não compromete a competitividade do certame**, uma vez que o levantamento de mercado identificou a existência de empresas aptas a prestar os serviços em todas as localidades abrangidas, com capacidade técnica, operacional e administrativa compatível com o objeto.

9.5.2. Além disso, a licitação permitirá a ampla participação de interessados, observadas as exigências de habilitação proporcionalmente compatíveis com o porte e a complexidade da contratação.

9.6. Diante do exposto, conclui-se que o não parcelamento da solução mostra-se tecnicamente justificado, economicamente vantajoso e juridicamente adequado, atendendo aos princípios da eficiência, continuidade do serviço público, economicidade e segurança da navegação.

9.6.1. A contratação em lote único é, portanto, a forma mais apropriada para assegurar a prestação ininterrupta e integrada dos serviços de Condutor/Piloto Fluvial no âmbito do DSEI Porto Velho, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

97. Assim, em razão da integração natural das atividades, da necessidade de eficiência e padronização, da maior segurança jurídica e operacional, e da constatação de que a contratação única não reduz a competitividade, conclui-se que **o parcelamento do objeto não é vantajoso**. Logo, a solução deve ser contratada **em lote único**, assegurando melhor execução, fiscalização e continuidade dos serviços administrativos essenciais ao DSEI Porto Velho.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Em consonância com as conclusões registradas neste Estudo Técnico Preliminar (ETP), foi realizada análise acerca da existência de contratações correlatas e/ou interdependentes à presente contratação, cujo objeto consiste na **prestação de serviços contínuos de Condutor/Piloto Fluvial, com dedicação exclusiva de mão de obra**, destinada ao atendimento das demandas operacionais do **Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Porto Velho**.

10.2. Contratações Correlatas

10.2.1. Conforme identificado no ETP, existem contratações correlatas que, embora possuam objetos distintos, mantêm **relação funcional direta com a logística fluvial** do DSEI Porto Velho, destacando-se, entre outras:

- serviços de manutenção preventiva e corretiva de embarcações fluviais;
- fornecimento de combustíveis e lubrificantes;
- aquisição e manutenção de equipamentos obrigatórios de segurança da navegação;
- serviços acessórios de apoio logístico fluvial.

10.2.2. Tais contratações são executadas de forma independente e não integram o escopo do presente Termo de Referência, estando, contudo, alinhadas às premissas operacionais e logísticas estabelecidas no ETP.

10.3. Contratações Interdependentes

10.2.1. O ETP evidencia que a presente contratação possui interdependência direta com outras soluções administrativas e assistenciais indispensáveis à execução das ações de saúde indígena, dentre as quais se destacam:

- contratações das Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI), cujo deslocamento até as aldeias depende, majoritariamente, do transporte fluvial;
- serviços de apoio prestados nas CASAI, especialmente para remoção, acolhimento e acompanhamento de pacientes indígenas;
- contratações para fornecimento e distribuição de medicamentos, insumos e imunobiológicos, cuja logística de entrega depende da navegação fluvial;
- contratações relacionadas às ações itinerantes de atenção à saúde e de vigilância em saúde.

10.2.2. **Deslocamento de pacientes das aldeias até a cidade e retorno às comunidades de origem**, por meio de transporte fluvial seguro e adequado, assegurando a condução de pacientes indígenas para atendimento em unidades de saúde urbanas, bem como o respectivo retorno após a conclusão do tratamento, exames ou procedimentos assistenciais, observadas as condições de segurança da navegação e as diretrizes da atenção à saúde indígena.

10.2.2. A execução regular, contínua e segura dos serviços de Condutor/Piloto Fluvial constitui condição essencial para a efetividade dessas contratações, conforme demonstrado nesse ETP.

10.3. Articulação e Gestão Integrada

10.3.1. As contratações correlatas e interdependentes, embora possuam gestão administrativa própria, são planejadas e executadas de forma integrada com a contratação de serviços de Condutor/Piloto Fluvial, de modo a assegurar a continuidade do transporte fluvial necessário às ações de atenção à saúde indígena, a eficiência logística e operacional no deslocamento de equipes, pacientes, insumos e medicamentos, a mitigação de riscos assistenciais e administrativos decorrentes de interrupções na navegação e o uso racional, eficiente e coordenado dos recursos públicos, em consonância com os princípios da administração pública e com as diretrizes do Sistema Único de Saúde.

10.4. Conclui-se que a presente contratação integra um conjunto de soluções complementares e interdependentes, sendo indispensável para a operacionalização das ações de saúde no âmbito do DSEI Porto Velho, sem sobreposição de objetos ou duplicidade de despesas, contribuindo para a efetividade das políticas públicas de atenção à saúde indígena.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente contratação encontra-se devidamente alinhada ao planejamento institucional e setorial do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Porto Velho, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI), com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e com os instrumentos formais de planejamento da Administração Pública.

11.2. A contratação de serviços contínuos de Condutor/Piloto Fluvial, com dedicação exclusiva de mão de obra, decorre de planejamento prévio e tem por finalidade substituir o Contrato nº 01/2020, cujo encerramento exige a adoção tempestiva de novo processo licitatório, de modo a assegurar a continuidade ininterrupta dos serviços de transporte fluvial, considerados essenciais para o deslocamento de Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI), pacientes, insumos, medicamentos e equipamentos médicos até as comunidades indígenas localizadas em áreas de difícil acesso.

11.3. O objeto da contratação está diretamente relacionado à execução das ações previstas nos planos de trabalho e planejamentos operacionais do DSEI Porto Velho, uma vez que o transporte fluvial constitui elemento estratégico para a operacionalização das ações assistenciais, especialmente em razão das limitações geográficas e das variações sazonais dos rios amazônicos.

11.4. Ressalta-se, ainda, que a presente contratação encontra-se compatível com o Plano de Contratações Anual (PCA), quando existente, bem como com as previsões orçamentárias do exercício, tendo sido considerada no planejamento das necessidades logísticas e assistenciais do DSEI Porto Velho, com vistas à adequada alocação dos recursos públicos.

11.5. Adicionalmente, a substituição contratual ora proposta contribui para a mitigação de riscos operacionais e assistenciais previamente identificados no planejamento institucional, especialmente aqueles relacionados à descontinuidade do transporte fluvial, garantindo a regularidade das ações de saúde indígena e a efetividade das políticas públicas desenvolvidas pelo DSEI Porto Velho.

11.6. Dessa forma, conclui-se que a contratação está plenamente alinhada ao planejamento estratégico, tático e operacional do DSEI Porto Velho, configurando-se como medida indispensável para a continuidade dos serviços públicos essenciais, o cumprimento das metas institucionais e a observância dos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação de serviços contínuos de Condutor/Piloto Fluvial, com dedicação exclusiva de mão de obra, para atendimento das demandas do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Porto Velho, proporcionará benefícios relevantes de natureza assistencial, operacional, administrativa, econômica e institucional, conforme identificado no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

12.2. Benefícios Assistenciais e Sociais

- Ampliação do acesso das populações indígenas aos serviços de saúde, especialmente em aldeias localizadas em áreas de difícil acesso, onde o transporte fluvial constitui o único meio viável de deslocamento;
- Garantia da continuidade das ações de atenção básica, vigilância em saúde, imunização, saúde bucal e atendimento especializado;
- Melhoria na capacidade de resposta em situações de urgência e emergência, com remoção segura e tempestiva de pacientes;
- Contribuição direta para a redução de agravos evitáveis e melhoria dos indicadores de saúde indígena.

12.3. Benefícios Operacionais e Logísticos

- Asseguramento da regularidade e previsibilidade das rotas fluviais, independentemente da sazonalidade dos rios;
- Maior eficiência no transporte de profissionais de saúde, pacientes, medicamentos, imunobiológicos, insumos e equipamentos;
- Redução de riscos operacionais, mediante a atuação de profissionais qualificados, conhecedores das rotas, das condições hidrológicas e das normas de segurança da navegação;
- Integração logística entre Sede, polos-base, CASAs e aldeias atendidas.

12.4. Benefícios Administrativos e de Gestão

- Continuidade do serviço público essencial, mitigando riscos de interrupção das ações finalísticas do DSEI Porto Velho;
- Redução da sobrecarga administrativa sobre os servidores efetivos, permitindo maior foco em atividades estratégicas de planejamento, coordenação e fiscalização;
- Facilidade no gerenciamento e na fiscalização contratual, com padronização de procedimentos operacionais e de controle;
- Maior previsibilidade orçamentária e financeira, com contratação planejada e alinhada ao ETP e ao Plano de Contratações Anual (PCA).

12.5. Benefícios Econômicos

- Uso mais eficiente dos recursos públicos, com racionalização dos custos operacionais associados à logística fluvial;
- Prevenção de gastos emergenciais ou contratações fragmentadas, que tendem a apresentar custos mais elevados;
- Redução de perdas de insumos sensíveis, como vacinas e medicamentos, decorrentes de falhas logísticas.

12.6. Benefícios Institucionais e de Conformidade Legal

- Cumprimento dos princípios constitucionais da universalidade, integralidade e equidade do Sistema Único de Saúde (SUS);
- Fortalecimento da implementação da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI);
- Observância dos princípios da eficiência, continuidade do serviço público, planejamento e sustentabilidade, previstos na Lei nº 14.133/2021;
- Reforço do compromisso institucional do Estado com os direitos fundamentais e a dignidade das populações indígenas.

12.7. Assim, a contratação dos serviços de Condutor/Piloto Fluvial revela-se estratégica e indispensável para o funcionamento regular do DSEI Porto Velho, promovendo ganhos concretos para a Administração Pública e, sobretudo, para as populações indígenas atendidas, assegurando a efetividade das ações de saúde em um contexto geográfico complexo e desafiador.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. A Administração deverá adotar, previamente à contratação, todas as providências necessárias ao adequado planejamento da solução, incluindo a consolidação do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência, a realização do levantamento de mercado e da estimativa de preços, a compatibilização orçamentária e financeira, bem como a definição clara do objeto, dos quantitativos, das localidades atendidas e dos requisitos técnicos e legais aplicáveis à prestação dos serviços de Condutor/Piloto Fluvial, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com as diretrizes institucionais do DSEI Porto Velho.

13.2. Para o início da execução contratual, deverão ser formalmente designados o gestor e os fiscais do contrato, promovida reunião inicial de alinhamento com a contratada e exigida a apresentação de toda a documentação necessária à comprovação da regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e securitária, bem como da qualificação técnica dos profissionais alocados, incluindo habilitação náutica válida e atendimento às exigências da Marinha do Brasil. Caberá à contratada apresentar plano operacional contendo escalas, rotas, procedimentos de substituição e medidas de contingência, assegurando o pleno atendimento às demandas logísticas fluviais do DSEI.

13.3. Durante a vigência contratual, a Administração deverá acompanhar e fiscalizar continuamente a execução dos serviços, verificando o cumprimento do quantitativo contratado, a regularidade das jornadas, a observância das normas de segurança da navegação e de

saúde e segurança do trabalho, bem como a adoção imediata de medidas corretivas em caso de ausências, falhas operacionais ou descumprimento contratual. A contratada deverá manter os postos permanentemente ocupados, fornecer os equipamentos de proteção individual necessários e apresentar registros e relatórios operacionais sempre que solicitado.

13.4. Ao término da contratação, deverão ser adotadas providências voltadas à verificação do cumprimento integral das obrigações contratuais, especialmente aquelas de natureza trabalhista e previdenciária, à elaboração de relatório final de execução e à avaliação dos resultados alcançados, com vistas à eventual prorrogação, nova contratação ou encerramento da solução, garantindo a continuidade do serviço público essencial e a mitigação de riscos administrativos, operacionais e assistenciais no âmbito do DSEI Porto Velho.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A contratação de serviços de Condutor/Piloto Fluvial não implica, por si só, a realização de obras, intervenções físicas ou atividades classificadas como potencialmente poluidoras, tratando-se de prestação de serviço continuado de natureza operacional. Ainda assim, reconhece-se que a atividade de navegação fluvial pode gerar impactos ambientais indiretos, especialmente relacionados ao consumo de combustíveis, à emissão de gases poluentes, ao risco de vazamentos de óleo ou resíduos e à interferência pontual nos ecossistemas aquáticos, típicos do ambiente amazônico.

14.2. Considerando esse contexto, os impactos ambientais associados à execução do objeto são considerados **de baixo a moderado potencial**, desde que observadas rigorosamente as normas ambientais e de segurança da navegação vigentes. A atuação de condutores /pilotos fluviais devidamente habilitados e experientes contribui significativamente para a mitigação desses riscos, ao assegurar condução responsável das embarcações, respeito às rotas estabelecidas, atenção às condições hidrológicas e adoção de boas práticas ambientais durante a operação.

14.3. Como medida preventiva, a contratada deverá orientar seus profissionais quanto à adoção de práticas sustentáveis, tais como a condução econômica das embarcações, a prevenção de vazamentos de combustíveis e lubrificantes, a correta destinação de resíduos eventualmente gerados durante as viagens e o respeito às áreas ambientalmente sensíveis e às comunidades ribeirinhas e indígenas. Tais medidas alinham-se aos princípios da responsabilidade ambiental e do desenvolvimento sustentável previstos na legislação vigente.

14.4. Dessa forma, conclui-se que os possíveis impactos ambientais decorrentes da contratação são controláveis e mitigáveis, não representando óbice à adoção da solução proposta, desde que mantido o acompanhamento e a fiscalização adequados por parte da Administração, em consonância com as diretrizes ambientais aplicáveis e com os objetivos institucionais do DSEI Porto Velho.

15. APROVAÇÃO DO ETP DIGITAL

ATO DE APROVAÇÃO DO ETP DIGITAL

No exercício de suas atribuições legais, esta Coordenação, na qualidade de Autoridade Competente, **aprova o Estudo Técnico Preliminar nº 81/2025**, da UASG 257049, com fundamento na **Lei nº 14.133/2021**, considerando as justificativas técnicas devidamente apresentadas no referido instrumento, bem como as necessidades nele identificadas, uma vez que a contratação pretendida revela-se **imprescindível** para a continuidade da missão institucional deste Distrito, assegurando a regular prestação dos serviços de assistência à saúde indígena.

ISAC ISRAEL GOMES DE OLIVEIRA

Coordenador Distrital de Saúde Indígena do DSEI/PVH

ou

Maria das Graças Fontenele

Coordenadora Distrital de Saúde Indígena Substituta Eventual do DSEI/PVH

Autoridade competente

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Diante das análises realizadas no Estudo Técnico Preliminar, do levantamento de mercado, da estimativa de custos, da avaliação dos riscos, dos impactos ambientais e das providências administrativas previstas, **declara-se viável a contratação dos serviços de Condutor/Piloto Fluvial, com dedicação exclusiva de mão de obra**, para atendimento das demandas logísticas e assistenciais do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Porto Velho.

A solução proposta mostra-se **tecnicamente adequada, operacionalmente necessária e economicamente compatível** com a realidade orçamentária da Administração, estando alinhada aos princípios do planejamento, da eficiência, da continuidade do serviço público e da economicidade, conforme estabelecido na Lei nº 14.133/2021. A contratação atende de forma satisfatória às especificidades geográficas e logísticas da região amazônica, garantindo condições seguras e regulares de deslocamento fluvial para a execução das ações de saúde indígena.

Constata-se, ainda, que a contratação está devidamente justificada quanto ao quantitativo, à forma de execução, ao modelo de gestão e fiscalização e à inexistência de soluções alternativas mais vantajosas para a Administração no cenário analisado, não implicando riscos jurídicos, administrativos ou ambientais relevantes quando observadas as medidas mitigadoras previstas.

Assim, conclui-se pela **plena viabilidade da contratação**, recomendando-se o prosseguimento do processo para a fase de seleção do fornecedor, com vistas à formalização do contrato e ao início da execução dos serviços, assegurando a continuidade e a qualidade da prestação de serviços de saúde às populações indígenas atendidas pelo DSEI Porto Velho.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

AMARILDO BARROZO DE BRITO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 12/03/2026 às 18:34:52.

DARCY LUCIANO DOS SANTOS COSTA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 12/03/2026 às 18:26:24.

KATIA MARA DE ARAUJO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 12/03/2026 às 18:33:51.

MARIA DAS GRACAS FONTENELE SILVA

Autoridade competente

ISAC ISRAEL GOMES DE OLIVEIRA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 12/03/2026 às 18:32:56.

DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA - PORTO VELHO

Contrato 67/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
67/2025	257049-DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA - PORTO VELHO	HELENA DA SILVA ROCHA SETE	26/12/2025 16:13 (v 0.3)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		25061.002090/2025-46

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

MODELO DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
SERVIÇOS CONTÍNUOS COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – LICITAÇÃO
E CONTRATAÇÃO DIRETA

(Processo Administrativo nº 25061.002090/2025-46)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **xx/xxxx**, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) E

A União, por intermédio do órgão integrante **Distrito Sanitário Especial Indígena Porto Velho**, da estrutura Organizacional do Ministério da Saúde, com sede na rua Rafael Vaz e Silva, n.º 2646, bairro Liberdade, na cidade de Porto Velho/RO, inscrito no CNPJ sob o n.º 00.394.544/0040-91, neste ato representado pelo Coordenador Senhor **ISAC ISRAEL GOMES DE OLIVEIRA**, nomeado pela Portaria de Pessoal GM/MS n.º 851, de 25 de abril de 2023, Ministério da Saúde, publicado na seção 2, do D.O.U. n.º 79, de 26 de abril de 2023, ou na falta dele a Substituta Eventual do Coordenador Distrital a Senhora **MARIA DAS GRAÇAS FONTENELE SILVA**, nomeado pela Portaria SAA n.º 651, de 26 de maio de 2023, do Ministério da Saúde, publicado no D.O.U. n.º 104, de 1 de junho de 2023, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n.º....., sediado (a) na....., em doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo n.º 25061.002811/2025-18 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

OBJETO

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços contínuos de condutor/piloto fluvial, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra nas condições estabelecidas no Edital, Termo de Referência e seus anexos.
- 1.2. Objeto da contratação:

Serviço de Condutor Fluvial							
		Serviços com dedicação					

GP	Item	Catser	exclusiva de mão de obra de condutor/piloto fluvial/Localidade	CBO	Qtd	Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Anual
1	1	18007	Condutor Fluvial PVH/RO	3413-05	1			
	2	18007	Condutor Fluvial Alta-Flo/RO	3413-05	6			
	3	18007	Condutor Fluvial G-Mirim/RO	3413-05	17			
	4	18007	Condutor Fluvial Ji-Pa/RO	3413-05	2			
	5	18007	Piloto Fluvial Humaitá/AM	3413-05	5			
	Quantidade total de Condutor/Pilotos				31			
	Valor Total Anual Estimado							
	Valor Total Mensal Estimado							

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação ~~OU [A Autorização de Contratação Direta] OU [O Aviso de Dispensa Eletrônica];~~

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **2 dois anos** contados de **XX/XX/XXXX**, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos, ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.7. Sujeitando-se o CONTRATADO ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

~~OU~~

~~2.8. O prazo de vigência da contratação é de **indicar o prazo - máximo de um ano** contados do(a) **indicar o termo inicial da vigência**, improrrogável, na forma do art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021.~~

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx), perfazendo o valor total de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes, inclusive quanto à utilização da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação ou do Pagamento pelo Fato Gerador, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS

7.1. As regras acerca da repactuação dos preços contratados são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

- 8.1.8.1. Indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
- 8.1.8.2. Fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
- 8.1.8.3. Estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
- 8.1.8.4. Definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- 8.1.8.5. Demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
- 8.1.8.6. Prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de **30 dias**, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de **30 dias**;

8.1.12. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;*

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
- 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e,
- 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

- 9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.35. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 9.36. Disponibilizar ao CONTRATANTE os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 9.37. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 9.38. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;
- 9.39. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do CONTRATANTE. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o CONTRATADO deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.
- 9.40. Autorizar o CONTRATANTE, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- 9.41. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;
- 9.42. Realizar o planejamento das férias dos colaboradores terceirizados, desde o início do contrato administrativo, a fim de viabilizar a previsibilidade das férias, estabelecida no inciso I do art. 3º do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, e permitir o acompanhamento pela fiscalização do contrato, observando integralmente o disposto na Instrução Normativa Seges/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025;
- 9.43. Desenvolver e implementar políticas institucionais de enfrentamento do assédio e da discriminação em suas relações de trabalho e na sua gestão, observando as diretrizes estabelecidas na Portaria MGI nº 6.719, de 13 de setembro de 2024, e promovendo práticas respeitadas e humanizadas no ambiente laboral;
- 9.44. Implementar ações de formação e capacitação para todas as suas empregadas e empregados sobre prevenção e combate ao assédio moral, sexual e à discriminação, garantindo ambiente de trabalho seguro e respeitoso;
- 9.45. Estabelecer canais de denúncia e procedimentos claros para recebimento, apuração e tratamento de casos de assédio e discriminação, assegurando a proteção dos denunciantes contra retaliações;
- 9.46. Promover a divulgação das políticas de combate ao assédio e discriminação para todos os trabalhadores alocados na execução contratual, mediante campanhas educativas e informativos específicos;
- 9.47. Apresentar ao CONTRATANTE, quando solicitado, relatórios sobre as medidas adotadas e os resultados alcançados na implementação das políticas de enfrentamento ao assédio e discriminação;
- 9.48. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer ocorrência de assédio ou discriminação envolvendo trabalhadores alocados na execução contratual, informando as medidas adotadas para apuração e correção;
- 9.49. Garantir que as políticas de combate ao assédio e discriminação sejam extensivas a eventuais subcontratados, quando permitida a subcontratação.
- 9.50. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

9.51. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

9.52. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.53. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.54. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

9.55. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

9.55.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;

9.55.2. Para efeito de comprovação da comunicação, o CONTRATADO deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

~~9.56. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is) ... (inserir endereço(s));~~

~~9.57. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o CONTRATADO tiver unidade de prestação de serviços em distância de [...] (inserir distância conforme avaliação técnica) do local demandado.~~

~~9.58. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;~~

~~9.59. Ceder ao CONTRATANTE todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do CONTRATADO.~~

~~9.59.1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.~~

9.60. Nos casos em que haja um número mínimo de vinte e cinco colaboradores alocados no contrato, destinar 8% das vagas exclusivamente para mulheres vítimas de violência doméstica;

ou

~~9.61. Considerando que se trata de contrato com número inferior a vinte e cinco colaboradores, a previsão do percentual para o emprego de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica será de XX %~~

9.61.1. As vagas serão destinadas às mulheres indicadas pelas unidades responsáveis pela política pública, signatárias do acordo de adesão de que trata o art. 4º do Decreto nº 11.430, de 2023, vedada a exigência, pelas empresas contratadas e pelos órgãos contratantes, de apresentação, pelas candidatas, de quaisquer outros documentos para fins de comprovação da situação de violência.

9.61.2. Sempre que houver um desligamento, o CONTRATADO deverá buscar atender ao percentual mínimo de 8% com a nova contratação.

9.61.3. Se não houver mulheres elegíveis em número suficiente para preencher as vagas reservadas, a empresa poderá contratar livremente.

9.61.4. Para cálculo do percentual de vagas reservadas serão considerados todos os empregados alocados no contrato, incluindo folguistas e substitutos.

9.61.5. O percentual de mão-de-obra de que trata este item deverá ser mantido durante toda a execução contratual, ressalvado o subitem 9.61.3.

9.61.6. O CONTRATADO deve manter o sigilo da condição de violência doméstica da profissional que será alocada para a prestação do serviço.

9.62. Manter, durante toda a vigência do contrato, capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974, apresentando, quando solicitada, a respectiva documentação comprobatória, no prazo fixado pela fiscalização contratual.

~~9.63. Manter, durante toda a vigência do contrato, capital social mínimo integralizado de acordo com os valores estipulados no art. 14 da Lei n.º 14.967/2024, apresentando, quando solicitada, a respectiva documentação comprobatória, no prazo fixado pela fiscalização contratual.~~

10. CLAÚSULA DÉCIMA - DA COMPENSAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

10.1. A compensação de jornada dos trabalhadores do CONTRATADO alocados à execução contratual em regime de dedicação exclusiva, quando compatível com a natureza dos serviços prestados, será realizada de acordo com as regras constantes do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, e do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

~~12.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.~~

12.2. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

~~14.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.~~

et

~~14.2. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.~~

14.3. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

14.3.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

14.4. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.7. A alteração social ou a modificação da finalidade, ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 14.9.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 14.9.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 14.9.3. Das indenizações e multas.

14.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.11. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis.

14.12. O CONTRATANTE poderá conceder prazo para que o CONTRATADO regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

14.13. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo CONTRATADO das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

14.14. Até que o CONTRATADO comprove o disposto no item anterior, o CONTRATANTE reterá:

14.14.1. A garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

14.14.2. Os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

14.15. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, fica o CONTRATADO obrigado a emitir as guias de recolhimento de contribuições previdenciárias e do FGTS e entregá-las ao CONTRATANTE, que poderá efetuar o pagamento das obrigações inadimplidas diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado.

14.16. O CONTRATANTE poderá ainda:

14.16.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

14.16.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrente do contrato.

14.17. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14.18. O contrato poderá ser extinto em caso de alteração da convenção coletiva de trabalho em que se baseia a planilha de custos e formação de preços contratuais, em razão de erro ou fraude no enquadramento sindical de que resulte a necessidade de repactuação ou imposição de ônus financeiro para a Administração Contratante, em cumprimento de decisão judicial.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: 257049-0001;
- II) Fonte de recursos: 1001000000;
- III) Programa de trabalho: 10.423.5022.20YP.0001;
- IV) Elemento de despesa: 33.90.37; e
- V) Plano interno; e
- VI) Nota de empenho:

16.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA– FORO

19.1 Fica eleito o Foro da Justiça Federal em **Rondônia**, Seção Judiciária de **Porto Velho**, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

AMARILDO BARROZO DE BRITO
DARCY LUCIANO DOS SANTOS
KATIA MARA DE ARAÚJO
Assinatura da Equipe de Planejamento responsável

20. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

AMARILDO BARROZO DE BRITO
Membro da comissão de contratação

DARCY LUCIANO DOS SANTOS COSTA

Membro da comissão de contratação

KATIA MARA DE ARAUJO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 26/12/2025 às 16:13:47.



ANEXO IV

PROPOSTA DE PREÇOS

BANCO _____

AGÊNCIA _____

CONTA CORRENTE _____

CNPJ DO ORNECEDOR CARIMBO

Serviço de Condutor Fluvial								
GP	Item	Catser	Serviços com dedicação exclusiva de mão de obra de condutor/piloto fluvial/Localidade	CBO	Qtd	Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Anual
1	1	18007	Condutor Fluvial PVH/RO	3413-05	1			
	2	18007	Condutor Fluvial Alta-Flo/RO	3413-05	6			
	3	18007	Condutor Fluvial G-Mirim/RO	3413-05	17			
	4	18007	Condutor Fluvial Ji-Pa/RO	3413-05	2			
	5	18007	Piloto Fluvial Humaitá/AM	3413-05	5			
	Valor Total Mensal Estimado				31			
	Valor Total Anual Estimado							

TELEFONE PARA CONTATO _____

ASSINATURA DO FORNECEDOR: _____

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA (DIAS) _____

LOCAL: _____ DATA: ____/____/____

Declaramos que nos preços estão inclusas todas as despesas, tais como fretes, seguros, taxas, Impostos, encargos sociais e trabalhistas e outros gravames que possam incidir sobre o objeto licitado.

ANEXO VII-D – IN 05/2017
MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nº do Processo:
Licitação Nº: ____/____

Dia __/__/__ às __:__ horas

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano):	
B	Município/UF:	
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	
D	Número de meses de execução contratual:	

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (Em função da unidade de medida)

Nota 1: Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

1. MÓDULOS

Mão de obra

Mão de obra vinculada à execução contratual

Dados para composição dos custos referentes a mão de obra	
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)
3	Salário Normativo da Categoria Profissional
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)
5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)

Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

Nota 2: A planilha será calculada considerando o **valor mensal** do empregado.

Módulo 1 - Composição da Remuneração (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário-Base	
B	Adicional de Periculosidade	
C	Adicional de Insalubridade	
D	Adicional Noturno	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
F	Outros (especificar)	
Total		

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao **valor mensal devido ao empregado** pela prestação do serviço no período de 12 meses.

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	
B	Férias e Adicional de Férias	
Total		

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se

proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)**

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)**

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	
B	Salário Educação	2,50%	
C	SAT		
D	SESC ou SESI	1,50%	
E	SENAI - SENAC	1,00%	
F	SEBRAE	0,60%	
G	INCRA	0,20%	
H	FGTS	8,00%	
Total			

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)**

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	
C	Assistência Médica e Familiar	
D	Outros (especificar)	

Total	
--------------	--

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º desta Instrução Normativa.

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	
2.3	Benefícios Mensais e Diários	
Total		

Módulo 3 - Provisão para Rescisão (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	
D	Aviso Prévio Trabalhado	
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	
Total		

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositores/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018).**

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Valor (R\$)
------------	--	--------------------

A	Substituto na cobertura de Férias	
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	
Total		

Submódulo 4.2 - Substituto na Intraornada (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

4.2	Substituto na Intraornada	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação	
Total		

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	
4.2	Substituto na Intraornada	
Total		

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	
B	Materiais	
C	Equipamentos	
D	Outros (especificar)	
Total		

Nota: Valores mensais por empregado.

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos		
B	Lucro		
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (especificar)		
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		
	C.3. Tributos Municipais (especificar)		
Total			

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	
Subtotal (A + B +C+ D+E)		
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	
Valor Total por Empregado		

3. QUADRO-RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

Tipo de Serviço (A)		Valor Proposto por Empregado (B)	Qtde. de Empregados por Posto (C)	Valor Proposto por Posto (D) = (B x C)	Qtde. de Postos (E)	Valor Total do Serviço (F) = (D x E)
I	Serviço 1 (indicar)	R\$		R\$		R\$
II	Serviço 2 (indicar)	R\$		R\$		R\$
N	Serviço N (indicar)	R\$		R\$		R\$
Valor Mensal dos Serviços (I + II + N)						

4. QUADRO DEMONSTRATIVO DO VALOR GLOBAL DA PROPOSTA

	VALOR GLOBAL DA PROPOSTA	
	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
A	Valor proposto por unidade de medida *	
B	Valor mensal do serviço	
C	Valor global da proposta (Valor mensal do serviço multiplicado pelo número de meses do contrato).	

Nota: Informar o valor da unidade de medida por tipo de serviço.



Ministério da Saúde
Secretaria de Saúde Indígena
Distrito Sanitário Especial Indígena - Porto Velho
Serviço de Contratação de Recursos Logísticos

ANEXO V

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR

MINISTÉRIO DA SAÚDE SECRETARIA ESPECIAL DA SAÚDE INDÍGENA DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA DE PORTO VELHO/RO						
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR						
1. Dados do Processo:						
Objeto:						
Nº do Processo:						
2. Indicadores						
Indicador 1						
Finalidade:		Baixa		Média		Alta
(Justificava sucinta para a avaliação)						
Impacto:		Baixo		Médio		Alto
(Justificava sucinta para a avaliação)						
Instrumento de medição:		Baixo		Médio		Alto
(Justificava sucinta para a avaliação)						
Forma de acompanhamento		Baixa		Média		Alta
(Justificava sucinta para a avaliação)						
Periodicidade		Baixa		Média		Alta
(Justificava sucinta para a avaliação)						

Mecanismo de cálculo		Baixo		Médio		Alto
(Justificava sucinta para a avaliação)						
Início de vigência		Baixo		Médio		Alto
(Justificava sucinta para a avaliação)						
Faixas de ajuste no pagamento		Baixa		Média		Alta
(Justificava sucinta para a avaliação)						
Sanções		Baixa		Média		Alta
(Justificava sucinta para a avaliação)						
3. Observações:						
...						
4. Responsáveis pela elaboração						
<div style="text-align: center;"> Nome Matrícula SIAPE </div>						

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO

[Nome da Empresa]

CNPJ nº. [Número do CNPJ]

Por meio deste, eu, **[Nome do Representante Legal]**, portador da Carteira de Identidade nº. **[Número da Carteira de Identidade]** e do CPF nº. **[Número do CPF]**, representante legal da empresa **[Nome da Empresa]**, declaro, em atendimento ao disposto no **Edital n.º __/20__**, que a nossa empresa possui pleno conhecimento de todas as informações relacionadas à execução dos trabalhos e/ou condições de entrega/fornecimento referentes à licitação mencionada.

Comprometemo-nos a não alegar, em momento posterior, o desconhecimento de fatos que eram evidentes à época da licitação, visando solicitar qualquer alteração no valor do contrato que venha a ser celebrado, caso a nossa empresa seja a vencedora do certame.

Local e data: [Local], [Data]

[Nome da sua Empresa]

[Assinatura do Responsável

Legal da Empresa]

[Nome do Responsável Legal]

[Cargo do Responsável Legal]

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA

[Nome da Empresa]

CNPJ nº. [Número do CNPJ]

Eu, _____, servidor(a) público(a), lotado(a) na _____, inscrito(a) no SIAPE nº. _____, declaro, para os devidos fins, que recebi o licitante _____ para a vistoria no local de prestação de serviço, conforme estabelecido no **Edital de Licitação nº. _____**, datado de _____.

Durante a vistoria, acompanhei o licitante e atestei a realização da mesma, verificando que o licitante teve acesso a todas as áreas relevantes para a execução dos serviços descritos no edital.

_____, __, 20__

[Assinatura do Servidor Responsável]
[Nome Completo do Servidor]
[Cargo ou Função do Servidor]
[Órgão ou Setor]

[Nome da sua Empresa]
[Assinatura do Responsável Legal da Empresa]
[Nome do Responsável Legal]
[Cargo do Responsável Lega]

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA

[Nome da Empresa]

CNPJ nº. [Número do CNPJ]

Eu, _____, representante legal da empresa _____, inscrita no CNPJ nº. _____, e portador(a) da Carteira de Identidade nº. _____ e CPF nº. _____, declaro, para os devidos fins, que estou ciente da possibilidade de realizar vistoria no local de prestação de serviço, conforme estabelecido no **Edital de Licitação nº. _____**, datado de _____.

Por motivos justificados e após análise criteriosa das informações disponíveis, venho por meio desta declarar a dispensa da vistoria presencial. Afirmo ter pleno conhecimento das condições do local de prestação de serviço e das exigências estabelecidas no edital.

Declaro também que, ao dispensar a vistoria, assumo total responsabilidade pelas informações prestadas e pela compreensão integral dos requisitos para a execução dos serviços, conforme descrito no edital.

Esta declaração é prestada de boa-fé e em conformidade com a verdade, sob as penas da lei.

_____, __, 20____.

[Assinatura do Representante Legal]
[Nome Completo do Representante Legal]
[Cargo ou Função do Representante Legal]

ANEXO IX

MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

IDENTIFICAÇÃO DO PEDIDO	
Nº OS:	Unidade requisitante:
Data de emissão: __/__/____	Serviço:
Contrato nº: ____/____	Processo nº:

IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATADA	
Razão social:	CNPJ:
Endereço:	
Telefone:	E-mail

DEFINIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS				
Nº Serviço	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Global R\$
Total:				

ESTIMATIVA DA QUANTIDADE DE HORAS DEMANDADAS/ REMUNERAÇÃO POR HORAS				
Nº Serviço	Metodologia*	Quantidade de horas	Valor Unitário R\$	Valor Global R\$
Total:				

*Fazer referência a metodologia de que trata o subitem d.4 do item 2.5 deste anexo.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS

DEMAIS DETALHAMENTOS**LOCAL DE REALIZAÇÃO****Nº do item****Quantidade****Endereço****Data a ser executado****RECURSOS FINANCEIROS**

Os recursos financeiros necessários ao pagamento desta Ordem de serviço serão originários da classificação funcional programática abaixo especificada:

Unidade Orçamentária:**Função Programática:****Projeto de Atividade:****Elemento de Despesa:****Fonte de Recurso:****Saldo Orçamentário:****IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS**

Local, data
Responsável pela solicitação do serviço

Local, data
Responsável pela solicitação do serviço

Ministério da Saúde
Secretaria de Saúde Indígena
Distrito Sanitário Especial Indígena - Porto Velho
Serviço de Contratação de Recursos Logísticos

ANEXO X

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS
COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Declaro que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) no _____, inscrição estadual no _____, estabelecida em _____, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública.

Nome do Órgão/Empresa	Vigência do Contrato	Valor total do Contrato*		
Valor total dos Contratos	R\$			
Local e data				
_____ Assinatura e carimbo do emissor				

Observação:

Nota 1: Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.

Nota 2: *Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.

FÓRMULA EXEMPLIFICATIVA, PARA FINS DE ATENDIMENTO AO DISPOSTO NOS ITENS "D.1" E "D.2" DA ALÍNEA "D" DO SUBITEM 11.1. DO ITEM 11 DO ANEXO VII-A, DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA

a) A Declaração de Compromissos Assumidos deve informar que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados pela licitante não é superior ao Patrimônio Líquido da licitante.

Fórmula de cálculo:

$$\frac{\text{Valor do Patrimônio Líquido} \times 12}{\text{Valor total dos contratos}} > 1$$

Observação:

Nota 1: Esse resultado deverá ser superior a 1 (um).

Nota 2: considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado*.

b) Caso a diferença entre a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a declaração apresentada seja maior que 10% (dez por cento) positivo ou negativo em relação à receita bruta, o licitante deverá apresentar justificativas.

Fórmula de cálculo:

$$\frac{(\text{Valor da Receita Bruta} - \text{Valor total dos Contratos}) \times 100}{\text{Valor da Receita Bruta}} =$$



Ministério da Saúde
Secretaria de Saúde Indígena
Distrito Sanitário Especial Indígena - Porto Velho
Serviço de Contratação de Recursos Logísticos

ANEXO III

* MINUTA DE DOCUMENTO

MODELO MINUTA DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº .../20...

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA PORTO VELHO/RO E O(A), VISANDO A OPERACIONALIZAÇÃO DO “DEPÓSITO EM GARANTIA”, VINCULADO A OBRIGAÇÕES, NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SLTI/MP Nº 02, DE 30 DE ABRIL DE 2008 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

A UNIÃO, por intermédio do Distrito Sanitário Especial Indígena de Porto Velho/RO estabelecido na Rua Rafael Vaz e Silva nº 2.646, Bairro Liberdade – Porto Velho/RO, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00394544/0040-91, neste ato, representado pelo Coordenador o Senhor **ISAC ISRAEL GOMES DE OLIVEIRA**, nomeado(a) pela Portaria GM/MS n. 851, de 25 de abril de 2023, publicada no D.O.U. em 26 de abril de 2023, portador da Matrícula SIAPE nº 3340759, ou na falta dele a Substituta eventual do Coordenador Distrital a Senhora **MARIA DAS GRAÇAS FONTENELE**, nomeado(a) pela Portaria SAA nº. 651, de 26 de maio de 2023, do Ministério da Saúde, publicado no D.O.U. nº 104, de 1 de junho de 2023 portadora da Matrícula SIAPE nº 502514, doravante denominado ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, e, de outro lado, a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, _____, estabelecido(a) _____, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº _____, daqui por diante denominado(a) INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, neste ato, representado(a) pelo seu _____ (cargo), Senhor(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, expedida pela _____, e inscrito no CPF sob nº _____, têm justo e acordado o presente TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, para o estabelecimento de critérios e procedimentos para abertura automatizada de contas bancárias específicas destinadas a abrigar os recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços de contratos firmados pelo órgão ou entidade ora mencionado, mediante as condições previstas nas seguintes cláusulas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DAS CONVENÇÕES

Para efeito deste Termo de Cooperação Técnica entende-se por:

- 1.1. CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.
- 1.2. Prestador de Serviços - pessoa física ou jurídica que possui Contrato firmado com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.
- 1.3. Rubricas – itens que compõem a planilha de custos e de formação de preços de contratos firmados pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.
- 1.4. Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação – cadastro em nome do Prestador dos Serviços de cada contrato firmado pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, a ser utilizada exclusivamente para crédito das rubricas retidas.
- 1.5. Usuário(s) – servidor(es) da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL e por ela formalmente indicado(s), com conhecimento das chaves e senhas para acesso aos aplicativos instalados nos sistemas de auto atendimento da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.
- 1.6. Partícipes – referência ao órgão da Administração Pública Federal e à Instituição Financeira.

2. **CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO**

O presente instrumento tem por objetivo regulamentar o estabelecimento, pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, dos critérios para abertura de contas-depósitos específicas destinadas a abrigar os recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços dos contratos firmados pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, bem como viabilizar o acesso da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL aos saldos e extratos das contas abertas.

2.1. Para cada Contrato será aberta uma conta-depósito vinculada em nome do Prestador de Serviços do Contrato.

2.2. A conta será exclusivamente aberta para recebimento de depósitos dos recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e de formação de preços dos contratos firmados pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, pagos ao Prestador de Serviços dos Contratos e será denominada conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação.

2.3. A movimentação dos recursos na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação será providenciada exclusivamente à ordem da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA: DO FLUXO OPERACIONAL**

O cadastramento, captação e movimentação dos recursos dar-se-ão conforme o fluxo operacional a seguir:

3.1. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL firma o Contrato com o Prestador dos Serviços.

3.2. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL envia à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA arquivo em meio magnético, em modelo específico previamente acordado entre a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL e a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, para abertura de conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – em nome do Prestador de Serviços que tiver contrato firmado ou envia Ofício à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, solicitando a abertura de conta-depósito vinculada bloqueada para movimentação em nome do Prestador de Serviços.

3.3. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA recebe arquivo transmitido pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL e abre conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, em nome do Prestador dos Serviços para todos os registros dos arquivos válidos, nas agências da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA no território nacional ou a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA recebe Ofício da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL e, após a entrega, pelo Prestador de Serviços, dos documentos necessários, procede à abertura da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação em nome do Prestador de Serviços.

3.4. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA envia à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL arquivo retorno em modelo específico previamente acordado entre os Partícipes, contendo o cadastramento da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação aberta em nome do Prestador dos Serviços, bem como as eventuais rejeições, indicando seus motivos ou envia Ofício à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, contendo o número da conta-depósito vinculada bloqueada para movimentação em nome do Prestador de Serviços.

3.5. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA recebe o ofício da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL e efetua cadastro no seu sistema eletrônico.

3.6. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL credita mensalmente recursos retidos da planilha de custos e de formação de preços do contrato firmado pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, mantida exclusivamente nas agências da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, mediante emissão de Ordem Bancária, na forma estabelecida pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL e pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.

3.7. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL solicita à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA a movimentação dos recursos, na forma do Anexo IV do presente Instrumento.

3.8. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA acata solicitação de movimentação financeira na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação efetuada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, confirmando, por meio de Ofício, nos moldes indicados no Anexo V deste Instrumento, caso a movimentação não tenha sido efetuada pela Administração Pública Federal via meio eletrônico.

3.9. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA disponibiliza à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL aplicativo, via internet, para consulta de saldos e extratos e para movimentação, se for o caso, da conta depósito vinculada – bloqueada para movimentação, após autorização expressa da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, para recebimento de chave e senhas de acesso a sistema eletrônico.

3.10. O fluxo operacional se dará nos seguintes termos:

3.11. O acesso da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL às contas-depósitos vinculadas – bloqueadas para movimentação fica condicionado à expressa autorização, formalizada em caráter irrevogável e irratável, nos termos do Anexo VI deste Instrumento, pelos Proponentes, titulares das contas, quando do processo de entrega da documentação junto à agência da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.

3.12. Os recursos depositados nas contas-depósitos vinculadas – bloqueadas para movimentação – serão remunerados conforme índice de correção da poupança *pro rata die*.

3.13. Eventual alteração da forma de correção da poupança prevista no subitem 9.1.2 deste instrumento implicará a revisão deste Termo de Cooperação Técnica.

4. **CLÁUSULA QUARTA: DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES**

À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL compete:

- 4.1. Assinar o Termo de Adesão ao Regulamento da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, onde está estabelecido o vínculo jurídico com a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, para amparar a utilização de qualquer aplicativo.
- 4.2. Designar, por meio de Ofício, conforme Anexo VII do presente Instrumento, até, no máximo, 4 (quatro) servidores para os quais a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA disponibilizará chaves e senhas de acesso ao auto atendimento à Administração Pública, com poderes somente para consultas aos saldos e aos extratos das contas-depósitos vinculadas – bloqueadas para movimentação.
- 4.3. Remeter à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA arquivos em modelo específico, acordado entre os Partícipes, solicitando o cadastramento das contas-depósitos vinculadas – bloqueadas para movimentação ou remeter à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA Ofício, solicitando a abertura das contas depósitos vinculadas – bloqueadas para movimentação.
- 4.4. Remeter Ofícios à Agência da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, solicitando a movimentação de recursos das contas-depósitos vinculadas – bloqueadas para movimentação ou movimentá-los por meio eletrônico.
- 4.5. Comunicar ao Prestador de Serviços, na forma do Anexo VIII do presente Instrumento, o cadastramento das contas-depósitos vinculadas – bloqueadas para movimentação, orientando-os a comparecer à Agência da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, para providenciar a regularização, entrega de documentos e assinatura da autorização, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do Anexo VI deste instrumento, para que a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL possa ter acesso aos saldos e aos extratos da conta-depósito vinculada, bem como solicitar movimentações financeiras.
- 4.6. Prover os ajustes técnicos de tecnologia da informação para possibilitar o acesso aos sistemas de auto atendimento, por intermédio do qual será viabilizado o acesso aos saldos e aos extratos das contas depósitos vinculadas – bloqueadas para movimentação.
- 4.7. Adequar-se a eventuais alterações nos serviços oferecidos pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.
- 4.8. Instruir os usuários sobre forma de acesso às transações dos sistemas de auto atendimento da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.
- 4.9. Manter rígido controle de segurança das senhas de acesso aos sistemas de auto atendimento da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.
- 4.10. Assumir como de sua inteira responsabilidade os prejuízos que decorrerem do mau uso ou da quebra de sigilo das senhas dos servidores devidamente cadastrados nos sistemas de auto atendimento, conforme item 2 desta cláusula, cuidando de substituí-las, imediatamente, caso suspeite de que tenham se tornado de conhecimento de terceiros não autorizados.
- 4.11. Responsabilizar-se por prejuízos decorrentes de transações não concluídas em razão de falha de seu equipamento e/ou erros de processamento em razão da inexistência de informação ou de fornecimento incompleto de informações.
- 4.12. Comunicar tempestivamente à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA qualquer anormalidade detectada que possa comprometer o perfeito funcionamento da conexão aos sistemas de auto atendimento, em especial, no que concerne à segurança das informações.
- 4.13. Permitir, a qualquer tempo, que técnicos da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA possam vistoriar o hardware e software utilizados para conexão aos sistemas de auto atendimento.
- 4.14. Não divulgar quaisquer informações contidas nas transações efetuadas nos sistemas de auto atendimento colocados à sua disposição, de modo a manter o sigilo bancário, a privacidade em face de servidores, e outras pessoas integrantes da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL que não sejam usuários, e as normas de segurança da informação da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.

5. CLÁUSULA QUINTA: DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

À INSTITUIÇÃO FINANCEIRA compete:

- 5.1. Disponibilizar os sistemas de auto atendimento à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.
- 5.2. Gerar e fornecer até 4 (quatro) chaves e senhas iniciais de acesso, para utilização na primeira conexão aos sistemas de auto atendimento, oportunidade na qual as senhas serão obrigatoriamente substituídas pelos respectivos detentores das chaves, por outra de conhecimento exclusivo do usuário.
- 5.3. Informar à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL quaisquer alterações nos serviços oferecidos pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, por intermédio dos sistemas de auto atendimento ou via Ofício.
- 5.4. Prestar o apoio técnico que se fizer necessário à manutenção do serviço, objeto deste instrumento, e ao cadastramento de contas-depósitos vinculadas – bloqueadas para movimentação.
- 5.5. Gerar e encaminhar, via sistema de auto atendimento, os arquivos retorno do resultado do cadastramento das contas-depósitos vinculadas – bloqueadas para movimentação ou encaminhar Ofício, contendo o número da conta aberta em nome do Prestador dos Serviços.
- 5.6. Orientar sua rede de agências quanto aos procedimentos operacionais específicos objeto deste instrumento.
- 5.7. Informar à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL os procedimentos adotados, em atenção aos Ofícios recebidos.

6. CLÁUSULA SEXTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS E MATERIAIS

6.1. Este Termo de Cooperação Técnica não implica desembolso, a qualquer título, presente ou futuro, sendo vedada a transferência de recursos financeiros entre os Partícipes.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA**

7.1. O presente Termo de Cooperação Técnica poderá ter sua vigência limitada a até 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua assinatura.

8. **CLÁUSULA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO**

8.1. A publicação de extrato do presente instrumento no Diário Oficial da União será providenciada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à data de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias a partir daquela data.

9. **CLÁUSULA NONA: DAS ALTERAÇÕES**

Sempre que necessário, as cláusulas deste Termo de Cooperação Técnica, à exceção da que trata do objeto, poderão ser aditadas, modificadas ou suprimidas, mediante Termo Aditivo, celebrado entre os Partícipes, passando esses termos a fazer parte integrante deste instrumento como um todo, único e indivisível.

10. **CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO**

10.1. Este Termo de Cooperação Técnica poderá ser denunciado por qualquer dos Partícipes em razão do descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele pactuadas, bem assim pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexecutável ou, ainda, por ato unilateral, mediante comunicação prévia da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ficando os Partícipes responsáveis pelas obrigações anteriormente assumidas.

11. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO FORO**

11.1. Os casos omissos e/ou situações contraditórias deste Termo de Cooperação Técnica deverão ser resolvidos mediante conciliação entre os Partícipes, com prévia comunicação por escrito da ocorrência, consignando prazo para resposta, e todos aqueles que não puderem ser resolvidos dessa forma serão dirimidos pela Justiça Federal, na Seção Judiciária de Rondônia.

E, para firmeza, validade e eficácia do que foi acordado, lavrou-se o presente instrumento em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, que depois de lido e achado conforme para um só efeito, é assinado pelas partes na presença de 2 (duas) testemunhas, igualmente signatárias.

Porto Velho, de de 20__.

XXXXXXXXXXXX

Coordenar Distrital de Saúde Indígena
DSEI de Porto Velho/RO

XXXXXXXXXXXX

Instituição Financeira

TESTEMUNHAS:

1. Nome:
CPF:

2. Nome:
CPF:

Anexo I do Termo de Cooperação Técnica

Ofício nº ____/____ – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

____ de ____ de 20 ____.

A(o) Senhor(a) Gerente

Reporto-me ao Termo de Cooperação Técnica nº ____/____, firmado com essa Instituição, para solicitar que, excepcionalmente, promova o cadastramento de conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, em nome do Prestador de Serviços a seguir indicado, destinada a receber recursos retidos de rubricas constantes na planilha de custos e formação de preços do Contrato nº ____/____, firmado por esta ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL:

- CNPJ: _____
- Razão Social: _____
- Nome Personalizado: _____
- Endereço: _____
- Representante Legal: _____
- CPF do Representante Legal: _____

Atenciosamente,

Assinatura do Ordenador de Despesas da Administração Pública Federal ou do servidor previamente designado pelo ordenador

ANEXO II**DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº ____/____**

Instituição Financeira
(Logotipo)

Local ____, ____ de ____ de 20 ____.

Senhor _____,

(nome do representante da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**)

Em atenção ao seu Ofício nº ____/____, de ____/____/201____, solicitamos que o representante legal da Empresa _____, CNPJ _____, compareça à agência _____ (indicar agência) do Banco do Brasil munida da documentação abaixo listada para assinar o contrato de **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**, destinado a receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº ____/____, firmado por esta **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** ao amparo da Instrução Normativa nº 02, de 30.04.2008.

- a) Atos constitutivos em vigor e alterações posteriores registrados, na forma da Lei, na autoridade competente.
- b) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
- c) No caso de representantes, mandatários ou prepostos, documentos que os qualifiquem e os autorizem a representar a Empresa.
- d) Documentos de identificação e comprovante de inscrição no CPF das pessoas autorizadas a representar a Empresa (sócios, representantes, mandatários ou prepostos).
- e) Comprovante de endereço da empresa.
- f) Procurações ou outros documentos que confirmem poderes para representar a Empresa

Atenciosamente,

(nome do Gerente)
Nº da Agência do BANCO

Ao Senhor

Nome e cargo do representante da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**

Endereço

ANEXO III

DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº ____/____

Instituição Financeira
(Logotipo)

Ofício nº ____/____, _____,

Local ____ de _____ de 20 ____.

Senhor,

Informamos abaixo os dados para geração de ID Depósito para acolhimento de valores referentes ao **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**, destinado a receber recursos retidos de rubricas constantes na planilha de custos e formação de preços do Contrato nº ____/____, firmado por esta **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** com o **Prestador de Serviços** _____ (Nome da Empresa), CNPJ _____.

Tipo de Garantia: 0001 – Contratos Administrativos

Número do Evento: _____

Nome do Evento: _____

Ratificamos que o **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação** somente será aberto após o acolhimento do primeiro depósito e, conforme Termo de Cooperação Técnica nº ____/____, qualquer tipo de movimentação financeira ocorrerá mediante solicitação da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**.

Atenciosamente,

(nome do Gerente)

Nº da Agência do BANCO

Ao Senhor

Nome e cargo do representante da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**

Endereço

ANEXO IV**DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº ____/____**

Ofício nº ____/20__ – ____

Local, ____ de ____ de 20__.

A(o)

Senhor(a) Gerente

(nome do gerente)

(endereço da agência com CEP)

Senhor Gerente,

Solicito **DEBITAR**, conforme indicado a seguir, a movimentação de R\$ _____ do **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação** nº _____, do Evento nº _____ aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº ____/____, firmado por esta **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**, e **CREDITAR** a(s) conta(s) conforme dados a seguir:

Instituição Financeira	Agência	Conta	CPF /CNPJ

Atenciosamente,

Assinatura do Ordenador de Despesas da Administração Pública Federal
ou servidor previamente designado pelo ordenador

ANEXO V
DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº ____/____

Instituição Financeira
(Logotipo)

Ofício/Carta nº ____ (número sequencial)

Local ____, ____ de ____ de 20__.

Senhor _____,
(nome do representante da Administração Pública Federal)

Em atenção ao seu Ofício nº ____/____, de ____/____/201__, informo a efetivação de **DEBITO** no **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação** nº ____, Evento nº ____ e **CRÉDITO** nas seguintes contas:

Banco	Agência	Conta	Nome	CNPJ

Atenciosamente,

(nome do Gerente)
Nº da Agência da Instituição Financeira

ANEXO VI
DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº ____/____

Ofício nº ____/____

Local, ____ de ____ de 201__.

A(o) Senhor(a) Gerente
(nome do gerente)
(endereço da agência com CEP)

Senhor Gerente,

Solicito providenciar a geração de chaves e senhas iniciais de acesso, aos aplicativos dos sistemas de Autoatendimento do **BANCO** para consulta de saldos e extratos de **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**, para os servidores a seguir indicados:

Nome	CPF	Poderes

Atenciosamente,

Assinatura do Ordenador de despesas da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** ou do servidor previamente designado pelo
Ordenador

ANEXO VII
DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº ____/____

Ofício nº ____/____

Local, ____ de ____ de 201 ____.

A(o) Senhor(a)

*(nome do Proprietário da empresa contratada pelo órgão/entidade)**(endereço da empresa com CEP)*

Senhor Sócio Proprietário,

Informo que solicitamos a abertura de **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação** na Agência nº ____ do Banco do Brasil, para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº ____/____, firmado entre essa empresa e este órgão/entidade.

2. Na oportunidade, solicito comparecer, em no máximo 20 dias corridos, a contar do recebimento deste ofício, à referida agência para fornecer a documentação indicada no edital de licitação, de acordo com as normas do Banco Central, bem como assinar os documentos indicados pelo Banco.

3. Informo que o descumprimento do prazo indicado no parágrafo anterior poderá ensejar aplicação das sanções previstas na Cláusula ____ do mencionado contrato.

Atenciosamente,

Assinatura do Ordenador de despesas da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** ou do servidor previamente designado pelo Ordenador



Documento assinado eletronicamente por **Helena da Silva Rocha Sete, Chefe do Serviço de Contratação de Recursos Logísticos**, em 07/01/2026, às 18:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0052505956** e o código CRC **BD5CA021**.